



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA BEATRIZ DA COSTA MONTEIRO

**DESAFIOS DA DOCÊNCIA NO TOCANTE À FORMAÇÃO CONTINUADA:
INVESTIGAÇÃO SOBRE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE
ANGICOS/RN**

ANGICOS

2022

MARIA BEATRIZ DA COSTA MONTEIRO

**DESAFIOS DA DOCÊNCIA NO TOCANTE À FORMAÇÃO CONTINUADA:
INVESTIGAÇÃO SOBRE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE
ANGICOS/RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do
Semi-Árido como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Fádyla Késsia Rocha de Araújo
Alves

ANGICOS

2022

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas
da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M772d Monteiro, Maria Beatriz da Costa.
Desafios da docência no tocante à Formação
continuada: investigação sobre escolas da rede
pública municipal de Angicos/RN / Maria Beatriz
da Costa Monteiro. - 2022.
76 f. : il.

Orientadora: Fádyla Késsia Rocha de Araújo
Alves.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Pedagogia, 2022.

1. formação continuada. 2. política pública
educacional. 3. valorização docente. I. Rocha de
Araújo Alves, Fádyla Késsia, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Angicos
Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte
CRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

MARIA BEATRIZ DA COSTA MONTEIRO

**DESAFIOS DA DOCÊNCIA NO TOCANTE À FORMAÇÃO CONTINUADA:
INVESTIGAÇÃO SOBRE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE
ANGICOS/RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Defendida em: 18/11/2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a. Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves (UFERSA)
Presidente

Prof. Dr. Magnus José Barros Gonzaga (UFERSA)
Membro Examinador Interno

Profa. Ms. Maria Paula de Melo Pereira Pinheiro (UFRN)
Membro Examinador Externo

À minha amada mãe Francisca Eunice da Costa, que com todos os esforços, resultantes do seu amor, me instruiu a ser quem sou hoje.

À minha orientadora Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves, que me descobriu e que a partir de sua orientação me fez vivenciar um mundo de oportunidades.

Aos educadores do ensino público nacional, que considero grandes guerreiros.

Ao proletariado brasileiro, que através da sua luta diária de trabalho árduo e do pagamento de impostos, esses muitas vezes com valores absurdos, financiaram meus estudos.

AGRADECIMENTOS

A Jeová Deus, ao mestre Jesus Cristo e aos meus guias espirituais pelo dom da vida, amor, proteção e justiça.

A minha mãe, Francisca Eunice, a qual nenhuma palavra ou frase que eu expressar aqui vai definir a dimensão da minha gratidão e amor e ao meu pai, Luiz Alberto (In Memoriam) por todo o seu amor e cuidado em vida.

Aos meus irmãos, mesmo com as diferenças, foram companheiros em meio às todas as adversidades que enfrentamos durante toda a nossa vida e a minha família, que apesar das diferenças, estiveram presente de alguma forma.

Aos meus amigos, pela paciência e por todo o amor compartilhado, sejam de anos ou recente, amo vocês. Aos animais, pela sua expressão de amor e companheirismo infinito. Veninha é prova pura disso.

A minha orientadora Fádyla Araújo, por me descobrir e me orientar nessa aventura. Grata por sua paciência, dedicação e confiança e aos membros do Grupo de Estudo e Pesquisa em Teoria Política, Sociedade e Educação - GETEPS UFERSA pelas vivências e conhecimentos compartilhados durante todo o período de atividades.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por me oportunizar uma bolsa de iniciação científica e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por financiar meus estudos durante o período de construção desse trabalho.

A todos os mestres que fizeram, fazem e farão parte da minha trajetória acadêmica, seja de maneira transformadora ou não. Obrigada pelos ensinamentos.

A cidade de Angicos/RN por me acolher durante esses quase dez anos e aos profissionais da rede pública municipal de educação, pela colaboração no desenvolvimento da minha pesquisa, positiva ou negativamente, em especial a Elvira Pereira de Araújo (In Memoriam), por acreditar em mim e a me encorajar em momentos de incertezas sobre meu futuro como docente.

Ao povo brasileiro, que por meio do pagamento de impostos, resultantes de uma jornada de trabalho árduo, contribuíram para o financiamento dos meus estudos. Espero retribuir seus esforços contribuindo para o desenvolvimento da educação nacional.

Aos artistas da música brasileira, desde Nando Reis e Maria Bethânia até GR6 Explode, por proporcionar uma leveza no processo de estudos e construção deste trabalho.

Agradeço também as pessoas que não acreditaram na minha capacidade. Serviu de combustível para o meu crescimento pessoal e profissional.

E por fim, agradeço a mim mesma por toda a força e determinação durante toda a minha existência, por não ter perdido a essência e por não ter desacreditado do meu papel de transformação na sociedade.

“A luta não é utópica, mas é o caminhar!”.

(SILVA, 2018)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta uma pesquisa que iniciou em 28 de agosto do ano de 2020, na qual faço parte como membrea na condição de bolsista voluntária, atrelada ao projeto intitulado Políticas de Valorização Docente na Rede Pública de Educação Municipal de Angicos/RN, dentro do Plano de Trabalho intitulado “A formação inicial e continuada de professores como pontos de partida das políticas de valorização docente na rede pública de educação municipal de Angicos/RN”, os quais estão vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Teoria Política, Sociedade e Educação - GETEPS - da Universidade Federal Rural do Semiárido -UFERSA, no Campus de Angicos/RN. O objetivo é identificar e analisar as políticas de formação continuada que são ofertadas aos professores em atuação pertencentes à rede pública municipal de ensino da cidade de Angicos/RN, no período de 2017 a 2021, tendo em vista contribuir com a educação local, com a ampla divulgação de ações existentes no município que proporcionam formação dos docentes inseridos nesta rede e compreender como a profissão vem sendo discutida nas políticas públicas locais. A pesquisa foi realizada dentro de um formato exploratório para identificação do campo investigativo, juntamente com os formatos quantitativo e qualitativo. A referida pesquisa também voltou-se para o estudo bibliográfico, sendo esta desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Foram realizadas, também, análises de documentos que regem a política docente e entrevistas com docentes da rede, na perspectiva de obter contribuições acerca das impressões dos mesmos sobre as políticas de valorização docente implementadas. A oferta de formação continuada para os professores da rede pública municipal de Educação de Angicos/RN vem sendo discutida de maneira lenta e gradual, necessitando de muito aprofundamento e parcerias, cada vez mais, bem estabelecidas junto à organizações que possam dialogar com a educação pública e de qualidade. A realização desta pesquisa, enquanto docente em formação permitiu a compreensão de que o docente é um eterno estudante, uma vez que o processo de formação deve ser contínuo e precisa ocorrer em paralelo à prática docente, garantindo-se condições para que este profissional as desenvolva, de maneira que os mesmos tenham segurança e estabilidade. Além disso, o estudo e os dados construídos, até o momento de conclusão deste trabalho, suscitaram-me o interesse em dar continuidade e ampliar a abrangência do locus desta pesquisa em outras oportunidades acadêmicas.

Palavras-chave: formação continuada; política pública educacional; valorização docente.

ABSTRACT

This Course Completion Work presents a research that started on August 28, 2020, in which I am part of as a member as a volunteer scholarship holder, linked to the project entitled Teacher Valuation Policies in the Public Network of Municipal Education of Angicos / RN , within the Work Plan entitled “Initial and continuing training of teachers as starting points for policies for valuing teachers in the public network of municipal education in Angicos/RN”, which are linked to the Group of Studies and Research in Political Theory, Society and Education - GETEPS - of the Federal Rural University of the Semi-Arid -UFERSA, at the Campus of Angicos/RN. The objective is to identify and analyze the continuing education policies that are offered to working teachers belonging to the municipal public teaching network in the city of Angicos/RN, from 2017 to 2021, with a view to contributing to local education, with the wide dissemination of existing actions in the municipality that provide training for teachers included in this network and understand how the profession has been discussed in local public policies. The research was carried out within an exploratory format to identify the investigative field, along with the quantitative and qualitative formats. This research also turned to the bibliographical study, which was developed based on material already elaborated, consisting mainly of books and scientific articles. Analyzes of documents that govern the teaching policy and interviews with teachers in the network were also carried out, with a view to obtaining contributions about their impressions on the implemented teacher appreciation policies. The offer of continuing education for teachers in the municipal public education network of Angicos/RN has been discussed in a slow and gradual way, requiring much deepening and increasingly well-established partnerships with organizations that can dialogue with public education and quality. Carrying out this research, as a teacher in training, allowed the understanding that the teacher is an eternal student, since the training process must be continuous and must occur in parallel with the teaching practice, guaranteeing conditions for this professional to develop them. , so that they have security and stability. In addition, the study and the data constructed, until the conclusion of this work, aroused my interest in continuing and expanding the scope of the locus of this research in other academic opportunities.

Keywords: Continuing training; educational public policy; teacher appreciation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	QUANTITATIVO DE PROFESSORES EFETIVOS NO MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN POR NÍVEL DE FORMAÇÃO (2021)	51
Quadro 2	–	ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN (2022)	56
Quadro 3	–	QUANTITATIVO DE PROFESSORES EFETIVOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN (2017 a 2021)	58
Quadro 4	–	QUANTITATIVO DE PROFESSORES ENTREVISTADOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN	59
Quadro 5	–	TEMPO QUE OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN INICIARAM A CARREIRA DOCENTE (COM OU SEM FORMAÇÃO)	60
Quadro 6	–	TEMPO DE ATUAÇÃO DOS PROFESSORES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN (APÓS MAGISTÉRIO)	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNCC-EM	Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio
BNC- Formação	Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Conselho Pleno
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEA	Escola Municipal Espedito Alves
EMFAL	Escola Municipal Francisco Alexandre Lopes
EMMM	Escola Municipal Manoel Martins
EMMO	Escola Municipal Professora Maria Odila

EMMZ	Escola Municipal Maria Zélia
FAIBRA	Faculdade Integrada do Brasil
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FMB	Faculdade do Maciço do Baturité
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
IES	Instituição de Ensino Superior
IESM	Instituto de Ensino Superior Múltiplo
GETEPS	Grupo de Estudos e Pesquisa em Teoria Política, Sociedade e Educação
PCCR	Plano de Cargos, Carreira e Remuneração
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PRP	Programa de Residência Pedagógica
SINDSPAN	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Angicos/RN
SME	Secretaria Municipal de Educação

SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins
RN	Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Contextualização sócio histórica e política da formação de professores	17
1.2	Procedimentos Teórico-metodológicos	23
2	A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO DOCENTE	26
2.1	A Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015	28
2.2	A Resolução CNE/CP n. 02/2019, de 20 de dezembro de 2019	32
2.3	A Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020	34
2.4	A Portaria n. 412, de 17 de junho de 2021: a fragmentação nos cursos de Licenciatura Plena	36
3	A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE COMO PARTE DO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA	39
4	A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGICOS/RN	43
4.1	O PCCR da rede pública Municipal de Educação de Angicos/RN e a formação docente: a garantia de formações continuadas aos professores	43
4.2	O Plano Municipal de Educação de Angicos/RN e a Formação Docente: o desenvolvimento da política no âmbito municipal	48
4.2.1	A formação de professores da rede municipal de Angicos: uma análise do Plano Municipal de Educação de Angicos/RN	49
4.3	O processo de investigação acerca da política de formação docente junto aos professores	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICE A	
	ANEXO A	

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o processo de valorização do profissional da educação apresenta uma evolução, ainda que lenta, notoriamente através do conjunto de diretrizes que apontam o reconhecimento da função social dessa classe frente à necessidade de melhorias na qualidade da educação. Uma das diretrizes dessa valorização diz respeito à formação inicial e continuada do professor, em conjunto com a remuneração justa, garantida através da Lei n. 11.738 de 2008 - Lei do Piso Salarial Nacional e de condições adequadas de trabalho.

A formação de professores compreende um instrumento de construção do perfil do profissional docente, e as políticas implementadas com esse propósito refletem as inovações exigidas com as transformações da sociedade e do cenário educacional brasileiro, além de ser considerado um mecanismo de valorização.

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta uma pesquisa que iniciou em 28 de agosto do ano de 2020, na qual faço parte como membrea na condição de bolsista voluntária, sendo esta pesquisa atrelada a um projeto maior, intitulado Políticas de Valorização Docente na Rede Pública de Educação Municipal de Angicos/RN, dentro do Plano de Trabalho intitulado “A formação inicial e continuada de professores como pontos de partida das políticas de valorização docente na rede pública de educação municipal de Angicos/RN”, os quais estão vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Teoria Política, Sociedade e Educação - GETEPS - da Universidade Federal Rural do Semiárido -UFERSA, no Campus de Angicos/RN.

1.1 Contextualização sócio histórica e política da formação de professores

Segundo Saviani (2011), a profissão docente no Brasil teve seu início no período da colonização, mais precisamente a partir do ano de 1549, por meio da criação de escolas, onde foram instituídos colégios e seminários pelos jesuítas, expandindo pelas diversas regiões do território (SAVIANI, 2011, p.26).

Esse modelo de ensino pautava-se num viés religioso, onde os jesuítas ofertavam o conhecimento aos nativos em troca de sua conversão por meio da catequese. Saviani ressalta que:

[...] no caso da educação instaurada no âmbito do processo de colonização, trata-se, evidentemente, de articulação, já que as tradições e os costumes que se busca inculcar decorrem de um dinamismo externo, isto é, que vai do meio cultural do colonizador para a situação do objeto de colonização (SAVIANI, 2011, p. 27).

Ainda segundo o autor, esse processo de construção inicial dividia-se em etapas:

A primeira etapa corresponde ao chamado “período heróico”, que, segundo Luiz Alves de Matos (1958), abrange de 1549, quando chegaram os primeiros jesuítas, até a morte do padre Manoel da Nóbrega em 1570. Considero, entretanto, mais apropriado estender essa fase até o final do século XVI, quando ocorre a morte de Anchieta, em 1597, e a promulgação do Ratio Studiorum, em 1599. A segunda etapa (1599-1759) é marcada pela organização e consolidação da educação jesuítica centrada no Ratio Studiorum. A terceira etapa (1759-1808) corresponde à fase pombalina, que inaugura o segundo período da história das ideias pedagógicas no Brasil (SAVIANI, 2011, p. 31-32).

Essas etapas foram marcadas por reformulações nas práticas de ensino, onde o Marquês de Pombal instituiu a Reforma Pombalina, sendo esta voltada para a implementação de um novo modelo de ensino.

Seguindo com a educação no período colonial, Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), trazem a *Escola de Primeiras Letras*:

A Escola de Primeiras Letras, segundo o texto do decreto que as instituíra, deveria ensinar a leitura, a escrita, as quatro operações de cálculo, as noções mais gerais de geologia prática, a gramática portuguesa e a doutrina católica. As escolas destinadas às meninas, uma vez que não se cogitava em co-educação, deveriam substituir a geometria pelas “prendas domésticas” (XAVIER, RIBEIRO, NORONHA, 1994, p. 64).

Durante esse período, a educação para as mulheres destinava-se apenas para o aprendizado das tarefas de cunho doméstico, sendo ensinadas a elas funções como o bordado, por exemplo, deixando os ensinamentos de caráter intelectual apenas para os homens.

Outro ponto importante no que diz respeito ao processo de evolução da educação no Brasil, se dá na década de 1930, mais especificamente em 1932, através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, onde Saviani (2011) faz uma análise documental. Segundo o autor:

[...] o documento passa a tratar dos “fundamentos filosóficos e sociais da educação”. Esclarece-se, aqui, que toda educação se guia sempre por uma “concepção de vida”, a qual, por sua vez, é determinada pela estrutura da sociedade. Assim, o mestre orienta-se, sempre, por um ideal ao qual se devem conformar os educandos. Se uns consideram esse ideal abstrato e absoluto, outros o tomam como concreto e relativo. No entanto, a história nos ensina que “o conteúdo real desse

ideal variou sempre de acordo com a estrutura e as tendências sociais da época, extraindo a sua vitalidade, como a sua força inspiradora da própria natureza da realidade social” (idem, p.411). Com esse entendimento, o texto passa a considerar que a Educação Nova se constituiu como uma “reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida” (idem, ibidem). Em lugar dessa concepção tradicional, que servia a interesses de classes, a nova concepção vem fundar-se no “caráter biológico” que permite a cada indivíduo se educar, conforme é de seu direito, “até onde o permitam as suas aptidões naturais, independentes de ações de ordem econômica e social”(idem, ibidem). Assim procedendo, a Educação Nova assume sua verdadeira feição social, formando “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, construída a partir de todos os grupos sociais, cujos membros seriam contemplados com as mesmas oportunidades educacionais.” (SAVIANI, 2011, p. 243-244).

Quase trinta anos após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, foi implementada a primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN, Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, estabelecendo a oferta de uma educação universal, gratuita, laica e de qualidade, seguindo o que estava sendo reivindicado no Manifesto, tendo sua promulgação uma década depois por meio da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, incluindo as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus

Seguindo com o contexto histórico, dezessete anos após a primeira modificação da LBDN, com o intuito de aprimorar as reivindicações, foi implementada a Constituição Federal, publicada em 05 de Outubro de 1988, propondo em seus artigos 205 a 214 os princípios norteadores para o funcionamento da Educação, destacando o que está inserido nos incisos I, IV, V, VIII e IX do art. 206:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal.
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1988).

Na Seção voltada para a Educação, a Constituição Federal faz uma espécie de aprimoramento das reivindicações feitas pelos documentos que a antecederam. Com a constante reformulação da Educação no Brasil, as legislações nacionais continuaram a passar por modificações, desta vez com a terceira versão da Lei de Diretrizes e Bases da

Educacional - LDBN, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sendo considerada como um dos principais documentos que rege a educação brasileira até os dias atuais, promovendo a oferta de um modelo educacional num viés laico, gratuito e de qualidade.

Após a implementação da última versão da LDBN, foram estabelecidas outras legislações, desta vez tratando da modificação na estrutura do financiamento da Educação nacional, sendo esta modificação realizada por meio da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, instituído pela Emenda Constitucional n. 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto n. 2.264, de junho de 1997, sendo modificado por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, que trata sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, regulamentado pela Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

O processo de estruturação da Educação no Brasil tem sua continuidade por meio do estabelecimento do Plano Nacional de Educação - PNE, tendo sua primeira versão criada por meio da Lei n. 010172, de 9 de janeiro de 2001, propondo um conjunto de metas e estratégias voltadas para a melhoria do sistema educacional, a serem alcançadas em um período decenal. O PNE também passou por modificações, passando a ter uma nova versão por meio da Lei n. 13.005/2014 e para compreender sobre como o processo de formação de professores vem sendo discutido atualmente, destaco o que está inserido no nas metas 13, 15 16 do Plano em vigência:

META 13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

META 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

META 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014, p.2).

Considera-se que o exercício da profissão docente é um desafio diante do cenário construído sócio-historicamente, no que se refere tanto à formação inicial quanto à formação continuada, considerando que, apesar da evolução que vem ocorrendo a partir da década de 1990, com as melhorias de trabalho da categoria, sua valorização em quesito de remuneração permanece baixo, comparado à outros profissionais, o que de certa forma vem diminuir a procura por formação na área, provocando assim algumas modificações em suas funções, conforme estudos realizados por Gatti (2011).

Esses aspectos resultaram na pouca procura por cursos voltados para a educação, surgindo uma preocupação com uma possível falta de professores. Com relação a isso, a autora coloca que: [...] a formação inicial dos docentes tem implicações amplas para as escolas, na medida em que também esses profissionais poderão ser convocados a exercer a função de coordenadores pedagógicos, supervisores educacionais ou diretores de escola, ou outras atividades nas redes de ensino (GATTI, 2011, p. 28).

Essa ressalva nos permite compreender que além da necessidade de políticas que tornem a carreira atrativa, existe a exigência feita ao professor de que ele desempenhe um grande número de funções, além daquelas que estão previstas em sua formação, contribuindo de certa forma para a perda da identidade desse profissional, uma vez que gera o desconforto de estar em uma profissão que exige qualificação, porém não disponibiliza tempo nem recursos financeiros para garantir tal exigência, o que Oliveira (2012) compreende como condições de trabalho.

Neste trabalho, optei por investigar acerca do contexto das políticas de formação continuada que são ofertadas aos professores em atuação pertencentes à rede pública municipal de ensino da cidade de Angicos/RN, tendo em vista contribuir com a educação local, com a ampla divulgação de ações existentes no município que proporcionam formação dos docentes inseridos nesta rede e compreender como a profissão vem sendo discutida nas políticas públicas locais.

O texto está estruturado com: Introdução, seguida pelo capítulo 2, intitulado *A Política Nacional de Formação Inicial e Continuada e suas Contribuições para o Desenvolvimento da Profissão Docente*, composto pelos tópicos: 2.1 *A Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015*, 2.2 *A Resolução CNE/CP n. 02/2019, de 20 de dezembro de 2019*, *A Resolução CNE/CP n. 1, de 27 de outubro de 2020* e 2.4 *A Portaria n. 412, de 17 de junho de 2021: a fragmentação dos cursos de Licenciatura Plena*; o capítulo 3, intitulado *A Política de Formação Docente como Parte do Processo*

de Valorização da Categoria; o capítulo 4, intitulado *A Política de Formação Docente na Rede Pública Municipal de Educação de Angicos/RN*, composto pelos tópicos: *4.1 O PCCR da rede pública Municipal de Educação de Angicos e a formação docente: a garantia de formações continuadas aos professores*, *4.2 O Plano Municipal de Educação de Angicos/RN e a Formação Docente: o desenvolvimento da política no âmbito municipal*, *4.2.1 A formação de professores da rede municipal de Angicos: uma análise do Plano Municipal de Educação de Angicos/RN* e *4.3 O processo de investigação da política de formação docente junto aos professores*, dando sequência com as considerações finais, referências, apêndices e anexos.

O município escolhido como lócus da pesquisa está localizado na região Central do estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente a 171 quilômetros de Natal, capital do Estado. Limita-se ao norte com os municípios de Afonso Bezerra e Pedro Avelino; ao sul com Santana dos Matos e Fernando Pedrosa; a leste Pedro Avelino e Lajes; e a oeste com Itajá e Ipanguaçu (IDEMA, *apud* ANGICOS, 2020, p. 13).

Segundo o site da Prefeitura Municipal de Angicos/RN, seu contexto histórico tem início a partir dos relatos de historiadores, sendo originado pelos povos primitivos:

[...] os índios "pataxó", pertencente à nação Gê ou Tapuia. Vários municípios do Rio Grande do Norte originaram-se da fixação de algumas famílias nas caatingas, onde estabeleciam fazendas de criação. Assim aconteceu com Angicos. Acredita-se que as primeiras penetrações no território se tenham verificado em 1760 e que seu fundador tenha sido o tenente Antônio Lopes Viegas descendente de uma família de nome Dias Machado. Não é fácil precisar a situação de Angicos no primeiro quartel do século passado. Em 1833, o Conselho Provincial sugeriu ao Governo-Geral, a criação de diversas vilas, inclusive a de Angicos. A 11 de abril de 1833, o presidente da província Manoel Lobo Miranda Henrique, desmembrava Angicos do território do município de Açu, concedendo-lhe sua autonomia. A população de Santana dos Matos que passou a pertencer à vila de Angicos julgou-se prejudicada em seus direitos e começou a lutar contra a independência de Angicos. Em 13 de outubro de 1936, o presidente da província João José Ferreira de Aguiar restaurou, através da resolução no 9, o município. A lei n. 20, de 24 de outubro de 1936, concedeu a Angicos foros de cidade (ANGICOS, 2022).

Seguindo com a contextualização do município investigado, o Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Júlia Amélia Cruz, escola pertencente ao município, detalha:

No município predomina o clima semi-árido (seco e quente), caracterizado por baixas cotas pluviométricas anuais e temperaturas sempre elevadas, onde surge uma vegetação rala e fraca de caatingas com troncos tortuosos e plantas xerófitas, que brotam num solo

arenoso e pedregoso. Quanto aos estabelecimentos de ensino por departamento administrativo, Angicos é atendido pelos seguintes redes de ensino: Federal (01 estabelecimento de ensino superior – UFERSA), Estadual (01 estabelecimento de Ensino Médio, 03 de ensino fundamental), Municipal (01 Centro Municipal de Educação Infantil – Creche e Pré- escola e 04 estabelecimentos de ensino fundamental público e 02 privado) (ANGICOS, 2020, p. 13).

Diante do que foi exposto, compreende-se que investigar a oferta de uma política de formação continuada aos professores atuantes na rede pública de educação municipal de Angicos/RN é uma questão extremamente relevante, pois além de contribuir para o desenvolvimento da educação local, contribui, também, para o entendimento acerca de como a profissão vem sendo tratada em âmbito municipal, uma vez que se faz necessário conhecer as políticas voltadas para a docência na cidade na qual estou vivenciando o processo de Licenciatura Plena, visando entender sobre o funcionamento da área.

OBJETIVOS

GERAL

Analisar as ofertas de formação continuada pela rede pública municipal de educação de Angicos/RN, no período de 2017 a 2021.

ESPECÍFICOS

- Analisar os níveis de formação predominantes entre os professores da rede pública municipal de educação de Angicos/RN.
- Analisar a oferta de formação continuada na rede pública municipal de Educação de Angicos/RN.
- Analisar a política de formação continuada na rede pública municipal de Educação de Angicos/RN.
- Analisar a percepção dos docentes das escolas públicas de educação básica do município de Angicos/RN acerca das oportunidades de formação na sua área.

Procedimentos Teórico-metodológicos

A pesquisa foi realizada dentro de um formato exploratório para identificação do campo investigativo, juntamente com os formatos quantitativo e qualitativo.

Acerca da pesquisa de caráter exploratório, Gil (2004) traz a seguinte definição:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2004, p.41).

Ou seja, a pesquisa investigou acerca da política de formação docente no município de Angicos/RN. Além do formato exploratório, a referida pesquisa também voltou-se para o estudo bibliográfico, sendo esta desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Durante o processo de construção, foram realizados estudos teóricos voltados para a discussão da temática aqui tratada (GIL, 2004, p.44). Na realização dos estudos para a construção da pesquisa, foram realizadas, também, análises de documentos que regem a política docente, dentro da perspectiva da investigação realizada.

Gil (2004) classifica a pesquisa documental da seguinte forma:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2004, p.45).

Durante essa etapa de estudos de cunho documental, foram analisados: O Plano Nacional de Educação - Lei n. 13.005/2014 ; a Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015; a Resolução CNE/CP n. 1, de 27 de outubro de 2020; a Portaria MEC n. 412, de 17 de junho de 2021; o Plano Municipal de Educação de Angicos e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da rede.

Foi identificado, junto à secretaria municipal de educação de Angicos/RN, os documentos e legislações que abordam a dinâmica da política de formação (inicial e continuada) dos professores da rede pública municipal. Realizamos visitas às instituições de ensino municipal para apresentação e adesão à pesquisa (reunião com professores), pois os docentes foram entrevistados em um outro momento na perspectiva de obter contribuições acerca das impressões dos mesmos sobre as políticas de valorização docente implementadas na rede em que eles estão lotados, especialmente no que se refere às oportunidades de formação na sua área.

Foram realizados estudos acerca da fundamentação teórica que trata das políticas

de valorização docente a nível nacional, regional e local.

Dentro dos estudos locais, houve a realização de entrevistas com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais - SINDSPAN, para compreender acerca do funcionamento da política de formação na rede.

Buscando considerar a realidade do município dentro do seu contexto social, político e econômico, foi reverenciado o objeto investigado partindo de uma análise histórica, crítica e dialética, onde o seu ponto de partida se dá por meio da reflexão, análise e conscientização (Frigotto, 1987, p. 82).

Segundo Gamboa (2008, p. 98) esse formato de pesquisa “se fundamentam na lógica interna do processo e nos métodos que explicitam a dinâmica e as contradições internas dos fenômenos e explicam relações entre homem-natureza, entre reflexão-ação e entre teoria-prática”.

De acordo com Frigotto (1987, p. 77), esse método de pesquisa está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto, constituindo-se como mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais.

Diante da consideração desses conceitos, a pesquisa foi desenvolvida visando o acompanhamento da prática da implementação das políticas de formação no município e como essas transformaram e estão transformando a educação local, considerando o seu papel na transformação social.

Tratando-se da pesquisa voltada para a análise qualitativa, Minayo (2012, p. 626), ressalta que essa “concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico.”

Logo, preocupou-se com o processo da pesquisa em sua totalidade, e não apenas com os resultados ou produtos. Por essa razão, a construção de dados é definida de forma qualitativa e quantitativa, na medida em que nos detemos no confronto e na análise das informações. Os resultados parciais da pesquisa foram publicados e apresentados nas instituições interessadas e em eventos científicos.

2 A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO DOCENTE

Buscando compreender sobre como o processo de formação inicial e continuada vem sendo executado na rede pública de ensino do município de Angicos, surgiu o seguinte questionamento: Como o município de Angicos discute a oferta de formação continuada para os professores atuantes na rede pública de ensino? Existe uma Política Municipal voltada para a oferta de formação continuada à esses professores? Diante destes questionamentos, foi identificado e analisado as políticas de formação que vêm sendo executadas a nível nacional, detectando possíveis reflexos dessas no que diz respeito ao que vem sendo desenvolvido no âmbito municipal e suas contribuições para o desenvolvimento da profissão docente.

Para Oliveira e Vieira (2012, p.86), “A formação inicial e continuada deve, pois, integrar-se às políticas de valorização da educação e dos profissionais que nela atuam, de modo a garantir trabalho digno e o direito de estudar com liberação e incentivo.” Uma vez que existe uma política de formação a nível nacional, investiguei acerca da existência de uma política de formação própria no município de Angicos, sua idealização, implementação e execução.

Araújo (2017) considera a formação do professor como um desafio diante do cenário construído sócio-historicamente, no que se refere tanto à formação inicial quanto à formação continuada, uma vez que estão sendo criados atualmente documentos e programas que visam reestruturar o processo de formação dentro de uma perspectiva tecnicista.

Na Educação do Brasil, a profissão docente está passando por processos de reformulação, onde a formação inicial e continuada se encontram em um cenário de modificação por meio da implementação de políticas de reestruturação da educação no tocante à formação inicial e continuada, tendo como destaque a Resolução do Conselho Nacional de Educação n. 02/2019 de 20 de dezembro de 2019, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), e na Portaria do Ministério da Educação n. 412, de 17 de junho de 2021, a qual estabelece o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares.

No tocante ao processo de qualificação da educação dentro do contexto de formação inicial, Pinheiro (2018) reflete que:

A política voltada para a formação docente inicial enfatiza a sua elevação para o nível superior. Entretanto, ressaltamos que o fato de elevar a formação para o nível superior não garante a qualidade do desempenho docente. O processo para a consolidação da qualidade é mais complexo, de modo que não basta promover apenas a certificação dos profissionais. Além dos eixos da valorização docente – formação, carreira, remuneração e condições de trabalho –, é preciso reconhecer que fatores como o comprometimento pessoal com os resultados do trabalho, a capacidade de autoavaliação pessoal e profissional, o nível de participação na definição de políticas e na concretização dos projetos elaborados, o domínio didático e conteudista, o compromisso dos alunos, da família, da escola, da sociedade civil e do Estado com o processo de aprendizagem, entre outros, também incidem sobre o fazer docente (PINHEIRO, 2018. p. 29).

Diante disso, considera-se a importância do investimento em melhorias da educação, criação de políticas que atendam as demandas de toda a comunidade escolar, considerando os contextos socioeconômico e sociocultural no qual encontra-se inserida, junto com programas de formação continuada.

Para Pimenta, Pinto e Severo (2020):

Problematizar as configurações formativas do curso partindo dos pontos de vista epistemológico e curricular implica reconhecer que o modo pelo qual a formação de pedagogos(as) se apresenta hoje, no que concerne às suas limitações e possibilidades, é o resultado de uma rede complexa de significados sobre as demandas atribuídas a esse curso e sobre sua identidade institucional como respostas a desafios históricos do contexto educacional brasileiro. Nesse contexto, tais respostas consolidaram, nas duas últimas décadas, o curso como uma licenciatura para a formação de professores(as) das etapas iniciais da Educação Básica, diferentemente de outros países (PIMENTA; PINTO; SEVERO, 2020, p.2).

Os autores relacionam os desafios enfrentados durante o processo de formação de professores diante de toda uma concepção histórica, fazendo comparações com o sistema de educação internacional, no que concerne à forma como tal processo vem sendo tratado nacionalmente. Seguindo com a discussão de formação, Oliveira e Vieira (2012) refletem sobre a urgência que ainda não vem sendo enfrentada no estabelecimento de uma política nacional de formação, profissionalização e valorização dos educadores, que além de definir, fortaleça a construção da identidade profissional dos docentes da educação básica, levando em conta a realidade da maioria dos professores atuantes no ensino público do Brasil (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012, p. 94).

Diante de tal reflexão, as autoras ressaltam que se faz necessário

[...]encaminhar uma investigação a respeito da formação docente, mesmo com a coerente e correta aplicação dos pressupostos teóricos e metodológicos (inclusive estatísticos), requer a devida conexão à situação social, econômica, cultural e política para que se possa conhecer o espaço e o campo de onde fala o docente (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012, p. 139).

Essa ressalva nos atenta para a importância que a investigação sobre formação tem para que possamos ter conhecimento da realidade dos professores diante das ações inseridas nas políticas educacionais vigentes em nossa sociedade e sobre quais os impactos diante do reflexo dessas ações no processo de desenvolvimento da educação.

Relacionando o processo de formação de professores com o curso de Licenciatura em Pedagogia, Pimenta, Pinto e Severo (2020) apontam:

[...] a Licenciatura em Pedagogia é objeto de críticas acerca da ausência de especificidades curriculares no tratamento da educação como um fenômeno muito mais amplo do que a docência nesses níveis iniciais de escolarização. Essas críticas denunciam o apagamento de temas que, embora articulados ao eixo de formação docente em sala de aula, tanto na escola quanto em outros espaços educativos não escolares. Contemplar tais processos na formulação e no desenvolvimento curricular na formação inicial de pedagogos(as) exige uma ruptura de compreensão do que constitui a Pedagogia como campo de conhecimento, deslocando-a do sentido de tecnologia da ação docente para o sentido de Ciência da Educação (PIMENTA, PINTO, SEVERO, 2020, p.3).

É importante salientar que a oferta de formação de professores nos cursos de Licenciatura em Pedagogia seja pautada em um viés de educação para a construção social, voltando-se para a articulação com Pesquisa, Ensino e Extensão.

2.1 A Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015

A Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015 vem definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, trazendo sua estrutura. Segundo Nogueira e Borges (2021), a presente Resolução

[...]traz mudanças para as licenciaturas na estrutura e organização do currículo, orientando que os cursos de formação inicial de professores para a Educação Básica em nível superior, em cursos de licenciatura, assumam o exercício integrado e indissociável da docência na Educação Básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e que se estruturam por meio da garantia de base comum nacional das

orientações curriculares. Nesta resolução, as formações iniciais e continuadas são contempladas ao mesmo tempo, evidenciando a importância de ambas e não a prevalência de uma sobre a outra (NOGUEIRA; BORGES, 2021, p. 195).

Diante dessas observações, trarei a análise realizada acerca da presente Resolução, dentro do que está inserido nos capítulos I, V, e VI e suas implicações na formação continuada.

No seu Capítulo I, intitulado *Das Disposições Gerais*, destaca-se o Art. 1º, onde aborda-se sobre a designação das Instituições de Ensino Superior - IES quanto a oferta de formação:

§ 2º- As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes (BRASIL, 2015, p. 3).

No processo de criação dos cursos de formação inicial e continuada, em especial, nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, é importante que, além da realização dos estudos e análises dos documentos que regem a Educação a nível nacional e se faz necessário promover uma articulação com as legislações nos lócus estadual e municipal, visando associar o que está proposto nessas legislações com o processo de iniciação e desenvolvimento docente dentro de uma perspectiva de organização curricular que esteja pautada nas necessidades educacionais locais, buscando contemplar desde a educação infantil, até a educação à distância em um viés de qualidade.

Seguindo com o estudo, identificou-se que, em seu Art. 3º, traz a finalidade da formação inicial e continuada:

A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas (...) e modalidades (...) a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional. (BRASIL, 2015, p.3)

Dentro da conjuntura de formação continuada, o art. 4º da Resolução CNE/CP n.

02/2015 se volta para a articulação dos cursos de pós-graduação com ensino e pesquisa:

Art. 4º Parágrafo único. Os centros de formação de estados e municípios, bem como as instituições educativas de educação básica que desenvolverem atividades de formação continuada dos profissionais do magistério, deverão contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino e pesquisa, para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o plano institucional, o projeto político-pedagógico e o projeto pedagógico de formação continuada (BRASIL, 2015, p.5).

Libâneo (2004) traz a formação continuada como um prolongamento da formação inicial, que visa o aperfeiçoamento profissional dentro de uma perspectiva teórico-prática. Para que haja esse aperfeiçoamento, é importante que o docente tenha formação tanto inicial quanto continuada atreladas à atividades de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que esse tripé contribui para o desenvolvimento do ensino, interligando com áreas de conhecimento específicas, promovendo a qualidade da docência.

Os cursos de licenciatura estão organizados dentro de uma estrutura curricular, onde no Capítulo V, intitulado *Da Formação Inicial do Magistério da Educação Básica em Nível Superior: estrutura e currículo*, destacam-se os arts. 13 e 15, que tratam acerca da distribuição da carga horária. No Art. 13, essa distribuição é definida da seguinte forma:

3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo: I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição; III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas; IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (BRASIL, 2015, p. 11).

Considerando que a distribuição da carga horária das atividades voltadas para estudos teóricos e para as práticas presentes nos cursos de licenciatura, estando organizadas com o projeto de curso da instituição, com a implementação da Resolução CNE/CP n. 02, de 20 de dezembro de 2019, essa estrutura vem sofrendo algumas modificações. No tocante a esta Resolução logo mais a frente, trarei a discussão a respeito das modificações propostas em sua estrutura.

Direcionado para a organização dos cursos de segunda licenciatura, o art. 15 da

Resolução CNE/CP n. 02/2015 traz a seguinte divisão estrutural: carga horária mínima de 800 (oitocentas) a 1.200 (mil e duzentas) horas, com carga horária de 300 (trezentas) horas para a realização de estágio supervisionado. É importante salientar que essa estrutura se enquadra nos princípios:

I - quando o curso de segunda licenciatura pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas; II - quando o curso de segunda licenciatura pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.200 (mil e duzentas) horas; III - a carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas (BRASIL, 2015, p. 13).

A divisão da estrutura curricular em cursos de segunda licenciatura passa por uma pequena mudança quando se trata da divergência entre áreas, sendo concedida uma carga horária menor, se a área for a mesma da formação de origem e maior, se for em uma área distinta, considerando que o acréscimo de carga horária se respalda no intuito de obtenção do conhecimento teórico prático.

No campo da formação continuada para os profissionais do Magistério, o art. 16 do capítulo VI traz sua compreensão e organização.

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente (BRASIL, 2015, p. 13).

Para Libâneo (2004, p. 227), “A formação continuada é condição para a aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de professores e especialistas. É muito importante que, no processo de formulação dos cursos de formação continuada, haja um diálogo voltado para a sua compreensão e para a discussão de sua estruturação dentro de um contexto de aprimoramento da prática pedagógica que esteja pautado na transformação social e na qualificação do profissional docente.

A discussão acerca do processo de estruturação dos cursos de formação continuada tem continuidade no art. 17, trazendo toda a sua organização:

I - atividades ou cursos de atualização, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas e máxima de 80 (oitenta) horas, por atividades formativas diversas, direcionadas à melhoria do exercício do docente;

III - atividades ou cursos de extensão (...) IV - cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas (...) V - cursos de especialização lato sensu por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior e de acordo com as normas e resoluções do CNE; VI - cursos de mestrado acadêmico ou profissional, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes; VII - curso de doutorado, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Capes (BRASIL, 2015, p.14).

O artigo 17 considera que, para que haja um aprimoramento no desempenho do profissional do Magistério, é importante que no processo de construção dos cursos de formação continuada, seus princípios devem estar atrelados com o que está sendo proposto projeto pedagógico institucional, considerando também as resoluções do Conselho Nacional de Educação - CNE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, dentro de uma formação de caráter transformador e de excelência.

A Resolução CNE/CP n. 02/2015 traz, em toda a sua estrutura, o processo de organização dos cursos de formação inicial e continuada, dentro de um aparato de qualidade na construção e na laboração do profissional docente, uma vez que a mesma considera que o desenvolvimento da educação se inicia na formação. Para Nogueira e Borges (2021, p.196), a presente resolução valoriza a formação de professores, e ainda a considera a formação como condição essencial para o exercício da docência em todos os níveis da Educação Básica.

Apesar de essa Resolução organizar os processos de formação inicial e continuada considerando a conjuntura entre teoria e prática como elemento para a transformação social por meio da melhoria do ensino, os órgãos que regem o sistema educacional do país promoveram sua revogação por meio da implementação da Resolução n. 02, de 20 de dezembro de 2019, que vem recebendo muitas críticas, sendo abordada no tópico a seguir.

2.2 A Resolução CNE/CP n. 02/2019, de 20 de dezembro de 2019

A Resolução CNE/CP n. 02/2019, de 20 de dezembro de 2019, vem definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a

Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, também conhecida como BNC-Formação. Esta que vem causando muita inquietação aos profissionais da educação, gerando questionamentos no que diz respeito ao futuro da docência. Visando a substituição à Resolução vigente (Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, o documento propõe em seu Capítulo I - artigo 2º, um conjunto de competências voltadas apenas para o desenvolvimento profissional do professor, tomando por referência as competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, fortalecendo orientações para uma prática de ensino de cunho tecnicista e mercantilista por meio da reestruturação no processo formativo do docente.

A referida Resolução (CNE/CP n. 02/2019) é uma demanda advinda da homologação da Base Nacional Comum Curricular ocorrida em 2018 (BNCC-Educação Básica), buscando uma padronização do ensino, no qual está inserida a formação de um profissional que atenda às necessidades do mercado de trabalho, levando-os a uma formação aligeirada resultando na perda da autonomia do futuro profissional docente.

Além disso, ao longo de sua estrutura, mais especificamente no Capítulo IV (Dos Cursos de Licenciatura ou Voltado para a estrutura dos cursos de licenciatura), a Resolução n. 02/2019 propõe, em seus artigos 10 e 11 a alteração na grade curricular e na carga horária dos cursos de Licenciatura, sendo reduzidas 600 horas que seriam voltadas para a formação dentro dos conteúdos teóricos, uma vez que na Resolução 02/2015 é estabelecido em seu Capítulo V, artigo 13, parágrafo 1º, inciso III “pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição”.

Diante dessa modificação proposta, passa a ser estabelecida a carga horária de 1.600 horas para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos, gerando uma redução no tempo de formação teórica, que aponta uma enorme preocupação no que diz respeito à atribuição dos conteúdos voltados para a fundamentação teórica dos componentes que ao longo do curso precisará ser articulada às atividades práticas. No tocante às modificações realizadas no Capítulo citado, identificamos também a retirada dos componentes curriculares voltados para a área de

gestão, por outro lado, as orientações para os gestores das escolas estão contempladas na Portaria n. 412, que será analisada subtópico 2.4, nos apresentando outras preocupações.

2.3 A Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020

A Resolução CNE/CP n. 1, de 27 de outubro de 2020 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). A referida Resolução foi instituída pela Resolução CNE/CP n. 02/2019, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, também conhecida como BNC-Formação.

Com relação a Resolução 02/2019, Pimenta, Pinto e Severo (2020) apontam que:

[...] a Base Nacional Comum da Formação Docente (BRASIL, 2019) corporifica uma tendência desintelectualizante e neotecnista distante de uma concepção de formação pedagógica comprometida com a melhoria da qualidade social da educação. As proposições contidas nesse documento alinham-se a uma lógica formativa que simplifica os saberes e as habilidades para o exercício profissional de pedagogos(as) ao domínio de competências para o ensino e sem referências à dimensão teórico/investigativa que configura o trabalho pedagógico desenvolvido na sala de aula e em outros espaços de atuação (PIMENTA; PINTO; SEVERO, 2020, p.12).

Diante das análises das Resoluções precedentes explicitadas anteriormente, surge o seguinte questionamento: O que propõe a Resolução CNE/CP nº 1/2020 e quais impactos na formação continuada?

A Resolução CNE/CP 1/2020 propõe um conjunto de competências voltadas para a prática profissional docente, onde em seu Capítulo I, art. 3º propõe:

As competências profissionais indicadas na BNCC-Formação Continuada, considerando que é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos, têm três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional. Parágrafo único. Estas competências profissionais docentes pressupõem, por parte dos professores, o desenvolvimento das Competências Gerais dispostas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 - BNC-Formação Inicial, essenciais para a promoção de situações favoráveis para a aprendizagem significativa

dos estudantes e o desenvolvimento de competências complexas, para a ressignificação de valores fundamentais na formação de profissionais autônomos, éticos e competentes. (BRASIL, 2020, p. 2)

Tais competências se voltam apenas para a questão da prática profissional, no qual está inserido dentro de uma abordagem tecnicista, uma vez que no processo de formação continuada deve-se considerar o seu aperfeiçoamento, tendo em vista que a tal processo se trata da continuidade dos estudos na área de pesquisa e atuação do professor, levando em conta sua construção como cientista.

Entidades como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – Anfope, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, a Associação Nacional de Política e Administração da Educação – Anpae, a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação - FINEDUCA, o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras – FORUMDIR, por meio do Movimento Nacional do Curso de Pedagogia, se posicionaram de forma contrária às normativas que negam a cientificidade no campo educacional, em especial, aos documentos que estão sendo elaborados sem nenhum diálogo com as Instituições de Ensino Superior – Ies, associações científicas, entidades representativas dos profissionais da educação, estudantes e população em geral.

O Movimento Nacional em Defesa do Curso de Pedagogia surgiu por meio da mobilização de profissionais da educação diante de uma situação ameaçadora imposta pelo Governo Federal e pelo Ministério da Educação a partir dessas resoluções. Tal mobilização proporcionou o encontro dessas entidades com profissionais de diversas áreas de ensino, visando uma forma de reivindicar um modelo de formação que esteja dentro dos preceitos de uma educação que contribua para o desenvolvimento social nacional.

Seguindo com a análise, nos atentamos para o Capítulo IV, que se intitula: *Da Formação ao Longo da Vida*:

Art. 11 As políticas para a Formação ao Longo da Vida, em Serviço, implementadas pelas escolas, redes escolares ou sistemas de ensino, por si ou em parcerias com outras instituições, devem ser desenvolvidas em alinhamento com as reais necessidades dos contextos e ambientes de atuação dos professores.

Art. 12 A Formação Continuada em Serviço deve ser estruturada mediante ações diversificadas destinadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas ao longo da vida profissional, e contextualizada com as práticas docentes efetivamente desenvolvidas.

Art. 13 A Formação Continuada em Serviço deve oferecer aos

docentes a oportunidade de aprender, junto com seus colegas de trabalho, com suporte de um formador experiente (mentoria ou tutoria), compartilhando aprendizagens já desenvolvidas, atendendo ao disposto no Parágrafo único do artigo 61 da LDB.

Art. 14 A programação da Formação Continuada em Serviço deve ser articulada com programas e cursos flexíveis e modulados, que permitam a complementação, atualização ou aperfeiçoamento de seu processo de desenvolvimento profissional (BRASIL, 2020, p. 6).

Essa etapa de formação está voltada apenas para as práticas do professor, propondo um ensino pautado somente para a parte técnica, desconsiderando os diversos fatores que devem estar atrelados a mesma.

A referida resolução aqui tratada tem seu fundamento na Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 (Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica) e na Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018 (Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017).

Diante de tais propostas, podemos considerar que a Resolução CNE/CP 1/2020, assim como as legislações que estão surgindo, pautam o processo de formação continuada em um viés tecnicista, tratando do professor apenas como profissional, propondo um aperfeiçoamento padronizado, sem considerar a importância de fatores como pesquisa, ensino e extensão dentro do contexto socioeconômico e sociocultural que esses profissionais encontram-se inseridos, trazendo ameaças no tocante à sua autonomia, na qualidade da formação ofertada, na continuidade das pesquisas e da qualidade da prática.

2.4 A Portaria n. 412, de 17 de junho de 2021: a fragmentação nos cursos de Licenciatura Plena

A Portaria n. 412, de 17 de junho de 2021 vem estabelecer o Programa Institucional de Fomento e Indução da Formação Continuada de Professores e Diretores Escolares, buscando promover uma formação voltada especificamente para os diretores escolares, atrelados aos parâmetros inseridos na BNCC. Em sua estrutura, destacamos o que está sendo proposto no Capítulo II (Dos Objetivos), no artigo 3º:

1.2.1 - promover a adequação da Pedagogia e das Licenciaturas à BNCC, aos currículos e às matrizes estabelecidos pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de educação básica e à BNC-Formação Inicial;

1.2.2 - promover a adequação dos cursos de formação continuada às Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Continuada de Professores para a Educação Básica, à BNC-Formação Continuada e à Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar;

1.2.3 - contribuir para o alcance das Metas 1, 4, 5, 7, 12 e 15 do PNE, oferecendo aos professores em serviço na rede pública oportunidade de acesso à formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;

VII - estimular o desenvolvimento e a oferta de novos formatos de curso de formação de professores, visando promover licenciaturas interdisciplinares, em rede, e com ênfase na vivência prática na escola básica, buscando preencher as lacunas acadêmicas, no que concerne à formação interdisciplinar dos professores da educação básica (BRASIL, 2021, p. 2).

Pensando em uma maneira de conscientizar e mobilizar estudantes, professores e demais profissionais que estão atrelados à Educação, o Movimento Nacional em Defesa do Curso de Pedagogia lançou um Manifesto pela não adesão ao Edital SEB/MEC nº 35, de 21 de Junho de 2021 (Portaria nº 412, voltada para o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares), apontando no decorrer de sua estrutura que a BNC-Formação articulada ao aval do CNE, não representa propostas e conquistas em prol de uma formação plena e de qualidade e que esteja atrelada aos preceitos presentes na LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, como o direito ao acesso a uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade e que considere as particularidades de cada indivíduo. Ao decorrer do Manifesto, é feito um alerta sobre os retrocessos que ocorrerão no ensino se essa política for implementada. De acordo com os autores do Manifesto (p.6), o Edital SEB/MEC nº 35/2021:

- desmonta as conquistas efetivadas por órgãos de pesquisa e estudos, movimentos sociais e instituições organizadas que se estabeleceram num processo histórico de busca pelo reconhecimento do complexo campo de conhecimento que abarca a formação de professores;
- inviabiliza diálogos e participações democráticas das instituições públicas, o que resultou num Edital a serviço de interesses do sistema econômico neoliberal. A consequência é o enfraquecimento da autonomia universitária e a padronização dos processos formativos, notadamente mais prescritivos e operacionais, reduzindo a formação docente em seu contexto diverso e complexo;
- reorganiza, forçadamente, a dimensão curricular dos programas de ensino, negando os conhecimentos críticos e progressistas do campo de formação de professores no Brasil e buscando a padronização com foco quase exclusivo na BNCC (documento elaborado de maneira parcial e sem a presença das vozes das organizações responsáveis pela formação, pela pesquisa e pelos

estudos da área de conhecimento) reduzindo e afirmando o retrocesso da política pública a ser instituída.

Em outras palavras, a partir da implementação de uma política que tenha como objetivo tornar o ensino padronizado, sem consultar alunos, professores, diretores das instituições formadoras, se formos fazer um comparativo com o processo da história da educação nacional, ocorrerá um retrocesso de séculos na educação, destruindo tudo o que foi construído com muita luta da categoria, desconsiderando o avanço alcançado ao longo de toda uma trajetória que iniciou no período da colonização com os Jesuítas até os dias atuais, considerando a estrutura das universidades.

Diante do que está sendo proposto na Portaria n. 412, destacamos aqui que o referido documento se volta para uma conjectura de caráter totalmente tecnicista e desestruturante, dando importância apenas para uma formação fracionada, prejudicando o modelo de formação atual que se destina aos cursos de Licenciatura plena, fazendo com que seja retirada a habilitação para a atuação do professor em diversas modalidades de ensino, sendo o pedagogo um dos maiores prejudicados por tais modificações, voltando para um modelo de educação adotado na década de 1960, provocando um retrocesso de quase 60 anos.

3. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE COMO PARTE DO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA

Para Araújo (2017) a valorização do magistério é um elemento crucial na política educacional e compreende, assim, uma luta histórica dos profissionais da educação, sendo esta decorrente de longa data. Dando ênfase a fala da autora, considero que o processo de evolução de valorização dos profissionais docentes tem seu destrave a partir década de 1990, sendo esta década marcada pela criação de leis e programas voltados para a oferta de melhores condições de trabalho, resultantes das diversas lutas que foram travadas por esses profissionais, uma vez que a educação brasileira em décadas anteriores se encontrava dentro de um contexto ditatorial e neoliberal. Além dos movimentos voltados para a reivindicação da melhoria das condições de trabalho, essa década se destaca pela promulgação da Lei no 9.394/96 que trata sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN, que consiste na oferta de um modelo de educação democrática e de qualidade, considerando todo o contexto vivenciado nas décadas que antecederam esse período.

Oliveira e Vieira (2012) relacionam esse o surgimento processo a partir das

[...] mudanças ocorridas no mundo, em decorrência dos processos de reestruturação produtiva, de globalização econômica e de mudanças no padrão de trabalho e consumo do capitalismo globalizado, também passaram a exigir a formação de pessoas capazes de viver nessa nova realidade impregnada pelas modificações no processo de trabalho, pela introdução de novas tecnologias e pela intensificação da destruição no meio ambiente. Os processos de produção do conhecimento, inovação e de formação para o mundo do trabalho se tornaram centrais no novo padrão de produção capitalista (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012, p.66).

Essas mudanças tiveram reflexos na educação, propondo uma nova nomenclatura ao magistério, que a partir da criação do Plano Nacional de Educação –PNE (decênio 2014-2024), passou a exigir uma melhor qualificação do professor, resultando numa alta procura de cursos de licenciatura, inserindo esses profissionais no ensino superior, visando atender ao mercado de trabalho.

Pinheiro (2018) compreende a formação inicial

[...] enquanto processo que oportuniza a criação das bases sobre as quais o professor se apoiará para exercer seu ofício. Por isso, entendemos que o processo formativo precisa ser consistente, ocorrer em um espaço que considere o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a oportunizar a articulação entre teoria e prática, bem como contribuir com a construção da identidade docente. Acrescentamos, ainda, que as políticas de formação docente devem estar alinhadas às políticas de valorização

docente, tendo por finalidade contemplar os eixos: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho (PINHEIRO, 2018. p.126).

É por meio desse processo de formação que o profissional docente vai desenvolver sua práxis a partir de todo um aparato teórico adquirido, e para que sua prática seja efetivada com excelência é necessário que o processo de formação esteja pautado em um viés político atrelado à valorização docente, proporcionando a continuidade dessa formação.

Considerando que a formação inicial é um dos principais requisitos exigidos no processo de contratação do profissional docente, Libâneo (2004) traz a formação continuada como o prolongamento, para o autor:

A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (LIBÂNEO, 2008, p. 227).

Diante do que foi exposto acima, o autor segue sua discussão, desta vez apontando para a necessidade da formação continuada como instrumento de aperfeiçoamento teórico- metodológico, tornando a prática do professor uma ferramenta aprimorada e que traz o enriquecimento da prática, proporcionando um ensino com uma melhor qualidade.

Em sua análise, Libâneo explica que:

De um lado, a formação inicial estaria estreitamente vinculada aos contextos de trabalho, possibilitando pensar os conteúdos das disciplinas com base no que pede a prática, ou seja, supera-se aquela ideia de que o estágio consiste na aplicação mecânica da teoria. De outro, a formação continuada, a par de ser feita na escola com base em saberes e experiências adquiridos pelos professores em exercício retornem à faculdade para atualizar seus conhecimentos e ganhar mais suportes teóricos para uma reflexão mais apurada sobre a prática (LIBÂNEO, 2004, p. 231).

Podemos considerar que essas etapas devem estar interligadas, não somente pelo crescimento do profissional docente através da sua qualificação, como também pelo crescimento da Educação, uma vez que contribuem para a melhoria da oferta de ensino no que diz respeito às práticas em sala de aula. Essa articulação entre formação inicial e formação continuada, quando inserida em um sistema de alternância entre as escolas e as instituições formadoras de professores, representa uma modalidade de formação em que há interação entre as práticas formativas e os contextos reais de trabalho

(LIBÂNEO, 2004, p. 232). Com relação à continuidade do ensino, o mesmo autor destaca:

A formação continuada é uma maneira diferente de ver a capacitação profissional de professores. Ela visa ao desenvolvimento pessoal e profissional mediante práticas de envolvimento dos professores na organização da escola, na organização e articulação do currículo, nas atividades de assistência pedagógico-didático junto com a coordenação pedagógica, nas reuniões pedagógicas, nos conselhos de classe etc (LIBÂNEO, 2004, p. 78).

Ou seja, a continuidade da formação traz ao profissional docente a autonomia no que concerne ao seu repertório de conhecimento e propicia ao mesmo a extensão do seu trabalho por meio da contribuição na articulação das atividades para além da sala de aula, propiciando o desenvolvimento por meio do trabalho colaborativo.

Orso (2016) faz uma crítica a respeito da formação dentro de uma perspectiva liberal e positivista. O autor destaca que:

Na perspectiva do liberalismo e do positivismo, fala-se que a formação do professor é um problema porque o problema está no professor: que ele está despreparado, é incompetente, mal formado e assim por diante. Ou seja, primeiro desloca-se e isola-se o professor do conjunto das relações, como se existisse por si, separado e independente da totalidade social; como se as condições nas quais se encontra dependessem apenas dele e fossem de sua exclusiva responsabilidade. Depois, atribui-se a ele a responsabilidade por resolver praticamente todos os problemas sócio-educacionais. (ORSO, 2016, p.149)

Ou seja, diante de tais perspectivas o professor é visto como vilão, sendo ele o maior responsabilizado pelos resultados insatisfatórios no que diz respeito à sua prática e aos baixos índices de aprendizado, não sendo levados em conta os diversos fatores contribuintes para esse processo de desconstrução do ensino nas escolas da rede pública e, “se a formação de professores aparece como problema a ser debatido e discutido no plano do pensamento, das ideias, da teoria, é porque se revela como um problema e uma necessidade prática” (ORSO, 2016, p.144).

Ainda dentro da perspectiva do professor como protagonista, Paro (2011) avalia:

No tocante à formação dos professores, há dois equívocos bastante difundidos, especialmente nos meios governamentais, acadêmicos e midiáticos, que precisam ser explicitados e superados. O primeiro refere-se à crença de que a causa predominante ou mesmo exclusiva do mau ensino é a qualificação do corpo docente e de que, por isso, basta cuidar dessa qualificação que tudo se resolverá na promoção da qualidade do ensino público. Essa visão ignora que, não obstante a importância e imprescindibilidade do professor para a realização do ensino escolar, também são imprescindíveis condições objetivas de

trabalho que se ofereçam um mínimo de possibilidade para a atividade docente se realizar [...] (PARO, 2011, pág. 151).

Tais equívocos são cometidos com uma certa frequência pois é desconsiderado que a ineficiência do ensino é resultado da pouca ou nenhuma oferta de políticas de aprimoramento do ensino, tendo em vista que para o ensino chegar a um grau de excelência, é necessário que haja uma estrutura adequada para sua execução, ou seja, a oferta de condições de trabalho por meio de ações governamentais, entre outros fatores que precisam ser considerados ao analisar os problemas existentes na educação brasileira e que, nem sempre, estão relacionados com a ação docente.

Araújo (2017) classifica esse processo de ineficiência do ensino como resultante de uma prática de gestão governamental onde o que está inserido nas legislações está longe de ser posto em prática, tornando o trabalho docente um cenário de combate na busca pela concretização da tão sonhada valorização. Segundo a autora:

Uma vez que o Estado brasileiro se encontra pautado no ideário neoliberal, a valorização do magistério continuará sendo apontada como prioridade nos documentos e legislações aprovados em âmbito nacional, porém, os professores, especialmente aqueles que atuam na educação básica, continuarão enfrentando condições de trabalho, carreira e remuneração não atraentes ou recompensadoras, assim como as formações as quais se submetem estarão longe de atender às suas necessidades na profissão docente (ARAÚJO, 2017, p. 115).

Essa reflexão nos faz atentar para a desestruturação da educação pública nacional diante das contradições presentes nas ações governamentais, as quais não condizem com o que está escrito nas legislações vigentes, sendo praticado o seu desmonte de maneira explicitada e ameaçadora.

4 A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGICOS

Para compreender acerca da formação na rede pública municipal de Angicos/RN, é necessário, primeiramente, conhecer os documentos oficiais que regem a Educação no município e de como está sendo o seu processo de execução. Diante a isso, trarei nos próximos subtópicos as análises do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Pública de Angicos/RN - PCCR e do Plano Municipal de Educação - PME.

4.1 O PCCR da Rede Pública Municipal de Educação de Angicos e a Formação Docente: a garantia de formações continuadas aos professores

No processo de investigação acerca da política de valorização docente do município de Angicos/RN, especificamente, no que se refere à formação docente, realizou-se o estudo e análise do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Pública de Angicos/RN - PCCR e entrevistas com representantes do município que atuam na Secretaria de Educação e no Sindicato da categoria docente.

Dutra Júnior (2000) traz uma definição acerca do Plano de Carreira:

O plano de carreira consiste no conjunto de normas que definem e regulam as condições e o processo de movimentação dos integrantes em uma determinada carreira, e estabelece a progressão funcional e a correspondente evolução da remuneração. Por sua vez, carreira constitui-se na organização dos cargos de determinada atividade profissional em posições escalonadas em linha ascendente (DUTRA JÚNIOR, 2000, p. 36).

O PCCR está explícito na Lei Municipal n. 759, de 31 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal de Angicos, e dá outras providências. A análise foi realizada fazendo-se uma divisão em duas etapas, sendo a primeira voltada para o estudo específico do documento, o qual resultou na criação de um questionário com o intuito de conhecer um pouco mais a respeito do seu processo de criação e de como essa lei vem sendo implementada no município. Este questionário foi usado na segunda etapa, que foi a realização de uma entrevista com a representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais - SINDSPAN (presidente) e da Secretaria Municipal de Educação (coordenadora de ensino - responsável pela elaboração do Plano).

De acordo com as entrevistadas, o atual Plano foi o primeiro a ser criado para os

professores, visto que a Lei nº 507 de 1998 abrangia todos os profissionais do serviço público de todas as categorias do município.

O Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Pública de Angicos/RN se baseia no que estabelece os incisos V e VIII, do art. 206 da Constituição Federal de 1988, que propõe, no inciso V a oferta da “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” e no inciso VIII, a implementação do “piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal” (BRASIL, 1988). Cabe salientar que tais incisos foram incluídos pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006.

Partindo para a análise do documento, no Capítulo I (*Dos Princípios Básicos Da Carreira*), destaca-se o art. 6º. No inciso III, o Plano propõe a “mudança de classe por promoções periódicas por tempo de serviço ou por avaliação de desempenho, intercaladas a cada 3 (três) anos” (ANGICOS, 2009, p. 8).

Segundo as entrevistadas, *Progressão* é a mudança de nível, enquanto que *Promoção* é a mudança de classe, sendo esta concedida após 6 anos de exercício da docência, considerando o período após estágio probatório.

Ainda dentro da discussão acerca de gratificações, Dutra Júnior (2000, p. 24) fala da gratificação por função, que se concede “quando a direção das unidades escolares e outras atividades de chefia e assessoramento são definidas como funções a serem desempenhadas exclusivamente por servidores efetivos.”

No Inciso IV, propõe-se o “Acesso à carreira por concurso público de provas e títulos direcionados para assegurar a qualidade da ação educativa.” Considerando que o Plano teve sua criação em 2009, o último concurso público no município de Angicos/RN foi realizado 3 anos depois, estando há uma década sem atender ao que está proposto neste inciso.

No Inciso VII, propõe-se a “Progressão salarial com mudança de nível na carreira por habilitação que contemplem titulação”. Segundo os representantes, essa progressão se trata da chamada “mudança de nível”, que é concedida após os 6 primeiros anos de exercício profissional, enquanto que a promoção se trata da mudança de classe. Para Feijão Pereira (2018), “O objetivo da progressão é incentivar a qualificação dos servidores do magistério e acontece mediante a titularidade [...]” (FEIJÃO PEREIRA, 2018, p. 94).

No Capítulo II (*Da Estrutura da Carreira*), destaca-se o art. 10, que trata sobre o conceito de *Nível*, que é “o conjunto de profissionais do magistério, ocupantes do cargo efetivo de professor, com o mesmo grau de formação ou habilitação em que se estrutura a carreira” e traz sua divisão:

- I - Nível Especial 1, formação em curso de nível médio, com habilitação específica para o magistério ou com graduação inespecífica; (nível em extinção)
- II - Nível 1, formação em curso superior de licenciatura plena, com habilitação específica para o magistério da educação básica;
- III - Nível 2, formação em curso superior de licenciatura plena, com habilitação específica para o magistério da educação básica e diploma de pós-graduação na área de educação, em nível de especialização;
- IV - Nível 3, formação em curso superior de licenciatura plena, com habilitação específica para o magistério da educação básica e diploma de pós-graduação 1 a área de educação, em nível de mestrado;
- V - Nível 4, formação em curso superior de licenciatura plena, com habilitação específica para o magistério da educação básica e diploma de pós-graduação na área de educação, em nível de doutorado (PLANO DE CARREIRA, 2009, p. 9-10).

Até o ano de 2021, o município contava como um número de 04 (quatro) professores com nível Médio, 19 (dezenove) com Graduação, 45 (quarenta e cinco) com Especialização, 08 (oito) com Mestrado e 01(um) com Doutorado. No que se refere à mudança de Nível dos profissionais que possuem nível Médio, foi relatado pela SME, que foram dadas todas as condições necessárias para que esses professores obtivessem o título de Graduação, porém, por justificarem estar finalizando carreira, esses professores optaram por não se graduar, não obtendo a mudança de Nível, e consequentemente, a mudança de Classe, que segundo os representantes municipais, se dá em conjunto.

No Capítulo III (*Do Provimento do Cargo de Professor*), o art. 12 trata que “a investidura no cargo de professor depende de aprovação em concurso público de provas e títulos e da apresentação do diploma de formação, observada titulação, devidamente comprovada, de acordo com que dispõe o artigo 10 desta lei”.

De acordo com os representantes municipais, o último concurso público se deu no ano de 2012 para nível superior, entretanto, nos últimos anos, a forma de contratação de professores para integrarem o quadro do município está sendo efetuada por meio de contrato temporário, este tendo validade de 06 (seis) meses, sendo o processo de seleção realizado por meio de análise curricular.

Dutra Júnior (2000) faz uma ressalva a respeito das disposições do Plano de Carreira para profissionais que ocupam cargos comissionados:

Como um plano de carreira deve dispor apenas sobre cargos efetivos e funções gratificadas reservadas a seus titulares, não deve incluir dispositivos que se referem a cargos em comissão, seja de diretor de escola ou outros que possam existir na organização da Secretaria de Educação. Os cargos em comissão devem ser tratados em lei própria, que dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal e/ou sua estrutura de cargos (DUTRA JÚNIOR, 2000 p. 38-39)

Ou seja, quando se trata dos profissionais que ocupam cargos comissionados, a responsabilidade de legislações para a carreira deve ser de responsabilidade do município, tendo em vista que o Plano se volta para a organização da carreira de profissionais que ocupam o quadro de efetivos.

O artigo 17 vem tratar sobre a avaliação de desempenho. De acordo com o Plano: “Na avaliação de desempenho serão considerados o cumprimento dos deveres, a eficiência no exercício do cargo, o permanente aperfeiçoamento e atualização cujos indicadores e critérios serão estabelecidos em regulamento específico pela Comissão Gestora do Plano”(ANGICOS, 2009, p. 11)

Quando questionado acerca das condições que são dadas para o permanente aperfeiçoamento do professor exigido acerca dessa avaliação, a Secretaria Municipal de Educação respondeu que foi realizada uma comissão de implementação dessa avaliação, porém, não houveram atividades desenvolvidas pela mesma, ficando apenas no papel.

No Capítulo IV (*Da Qualificação Profissional*) do Título III (*Dos Direitos, Deveres e Restrições dos Profissionais do Magistério*), o art. 38 propõe em seus parágrafos 1º, 2º, 3º e 5º:

§1º- A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do professor de suas funções e será concedida para frequência a cursos de pós-graduação em instituições credenciadas, com ônus para o erário municipal, de acordo com as prioridades e critérios estabelecidos no programa de qualificação profissional do magistério municipal elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 2º - Os professores beneficiados com a licença de que trata este artigo obrigam-se a prestar serviços na rede municipal de ensino, quando do seu retorno, por um período mínimo igual ao de seu afastamento, ou em caso de exoneração, ressarcir os cofres públicos do valor total da remuneração percebida no período do afastamento com correção monetária podendo inclusive, ser inscrito na dívida ativa do município.

§ 3º- O professor que se afastar de sua função para frequentar cursos de pós- graduação no nível de mestrado e doutorado em instituição credenciada em tempo integral e fora do município, além de ter todos os seus direitos garantidos, terá um incentivo a mais de uma bolsa equivalente a 2/3 do salário mínimo.

§ 5º - Após a conclusão do curso que houver recebido a ajuda de custo

acima especificada, o profissional fica obrigado a prestar serviço exclusivo ao Município de Angicos por período igual ao do curso, ou devolverá os recursos recebidos devidamente atualizados pela inflação acumulada no período (ANGICOS, 2009, p.20).

A concessão de licença do professor para participação em cursos de Pós-Graduação é um benefício concedido ao professor. Segundo os representantes municipais, essa licença é concedida dentro das condições presentes no art. 39, incisos I, II e III: “I - três anos de efetivo exercido em funções de magistério na rede municipal de ensino; II - curso relacionado com as necessidades da educação básica. III - a incompatibilidade de horários entre o curso e o trabalho docente.” (ANGICOS, 2009, p. 39-40)

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, essa licença só é concedida a cada dois profissionais, tendo em vista não diminuir o número de professores atuantes. Foi reforçada a oferta dos benefícios, como a garantia dos direitos e um incentivo financeiro, contanto que após a conclusão do curso, o profissional que usufruiu da licença deve prestar serviço por um período equivalente ao tempo de afastamento.

Diante da análise do documento, foi observado que há algumas lacunas a serem preenchidas no que diz respeito à execução do Plano. A primeira se refere ao conhecimento do documento pelos professores da rede, surgindo dúvidas a respeito do motivo de que 13 (treze) anos depois de sua criação, não foi aplicada até então uma formação para esses profissionais voltada para o conhecimento do PCCR.

Outro ponto a ser discutido se dá acerca da atualização do Plano, tendo em vista que desde sua criação, não houve e não está sendo pensado nenhuma reformulação do mesmo, não sendo discutidas as necessidades que surgem ao longo dos anos.

Seguindo com a análise, observou-se também que, mesmo com mais uma década de implementação do Plano, a rede pública municipal de Educação de Angicos/RN ainda não dispõe de uma avaliação de desempenho, sendo sua realização de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, tendo como justificativa que essa comissão de avaliação foi criada, porém não chegou a ser executada ficando apenas no papel.

A partir da entrevista realizada com os representantes municipais, notou-se uma certa confusão nas respostas das questões voltadas para as mudanças ocasionadas a partir da implementação do Plano, suas vantagens e desvantagens, sendo explicitado um

certo desconhecimento acerca da Lei que antecedeu o Plano. Com relação a esse questionamento, foi respondido que com relação às mudanças, o PCCR de 2009 contempla exclusivamente os professores, enquanto que o anterior (1998) contempla todas as categorias, sem nenhuma perda de um para o outro. As vantagens relatadas foram a mudança de Nível a cada 03 (três) anos e a implementação do Piso Salarial, melhorando a remuneração do professor.

Apesar das lacunas ainda existentes na execução do PCCR, há a execução da oferta de garantias de direitos como progressão, promoção e licença para capacitação profissional em cursos de Pós-Graduação por meio de incentivos.

Contudo, cabe salientar que a política de Educação municipal não se dá apenas para o que está proposto no PCCR, tendo como um segundo documento o Plano Municipal de Educação - PME, que estabelece metas e estratégias para serem aplicadas na rede pública municipal de educação, sendo sua análise destacada no subtópico a seguir.

4.2 O Plano Municipal de Educação de Angicos/RN e a Formação Docente: o desenvolvimento da política no âmbito municipal

Iniciando o processo de investigação da política de Formação docente na rede pública municipal de Educação de Angicos/RN, além da análise do PCCR, foi realizado também o estudo e análise do Plano Municipal de Educação - PME, buscando saber acerca do que se propõe no documento.

Segundo Souza (2010): “O objetivo principal dos planos municipais de educação é traçar metas e diretrizes que possibilitem aumentar a qualidade na educação de cada município para um período de dez anos, a contar de sua data de aprovação” (SOUZA, 2010, p. 68).

Para compreender acerca do PME, é necessário primeiramente considerar que o mesmo se embasa no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005/2014, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Considerando o que está sendo proposto no PNE, o documento foi criado a partir da Lei Municipal n. 1.024/2015, instituindo o Plano Municipal de Educação do Município de Angicos, para o decênio 2015-2025, e dá outras providências.

4.2.1 A formação de professores da rede municipal de Angicos: uma análise do

Plano Municipal de Educação de Angicos

No processo de análise do Plano Municipal de Educação de Angicos/RN - PME, foi pautada a discussão da implementação dessa legislação na temática de formação de professores da rede pública municipal de Educação. Cabral Neto, Castro e Garcia (2016) trazem uma definição das funções de um PME:

Os planos municipais de educação possibilitam uma reflexão a longo, médio e curto prazo de uma determinada realidade, o estabelecimento de metas, estratégias e ações que os municípios devem alcançar tendo em vista a melhoria da Educação Básica. Com o Plano Municipal de Educação, pode-se dizer que, efetivamente, o município vai estruturar uma política pública para a área da educação. Esses planos servirão, teoricamente, para orientar os municípios na definição de metas próprias, definição de ações, de responsabilidades (do poder público e comunidade em geral) e dos recursos que devem ser aplicados para que se alcance uma educação democrática, igualitária e de qualidade, assegurando, assim, um direito básico de cidadania (CABRAL NETO, CASTRO E GARCIA, 2016, p. 54).

No que concerne ao Plano Municipal de Angicos/RN, foram analisadas as metas e estratégias voltadas para a formação docente a fim de conhecer acerca do funcionamento da política de formação.

Durante a análise do Plano, identificou-se na Meta 1 (*Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.*) do PME de Angicos, que a estratégia 1.5 propõe:

1.5 Instituir, no prazo de um ano da aprovação deste PME, um programa de formação continuada para os professores da educação infantil, através de parceria entre os órgãos de educação da esfera pública e privada, a fim de propor novas estratégias que possibilitem inovar e qualificar o trabalho pedagógico realizado nesta etapa, considerando o desenvolvimento integral do aluno e suas especificidades. (ANGICOS, 2015, p.5)

Durante o período de implementação do Plano até o presente momento, o município ofertou, por meio de parcerias entre gestão, Secretaria Municipal de Educação e a Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA, além das Jornadas Pedagógicas, formações continuadas dentro das áreas de Educação Infantil, Educação Especial e Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos – EJA, por meio das ações de pesquisa desenvolvidas pelos grupos de pesquisa e extensão da universidade: Grupo de Pesquisa e Extensão em Educação da Infância, Cultura, Currículo e Linguagem –

EDUCLIN; Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva e Acessibilidade – GEPEIA; Grupo de Pesquisa Práticas Educativas em EJA - PRAEJA; Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Inovação, Tecnologia e Acessibilidade -EITA, pertencente ao Laboratório de tecnologias aplicadas ao contexto educacional - LATIC e pelos Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid e Programa de Residência Pedagógica (PRP), ambos subsidiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.

Na Meta 4, *(Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.)* a estratégia 4.9 propõe: “proporcionar aos professores que atuam nas SRM a formação continuada para atendimento de alunos com altas habilidades/superdotação, deficiência visual e/ou auditiva” (ANGICOS, 2015, p.13).

Com relação ao que está proposto nessa estratégia, houve a implementação de sala voltada para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma das escolas da rede municipal, com o intuito de articular suas ações com as atividades da sala de aula do ensino regular e da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do município, onde os alunos com deficiência são atendidos. A coordenação de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação elaborou uma proposta de integração de estudantes dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Computação e Informática como assistentes de alunos com deficiência, abrangendo o acompanhamento para além do que está proposto no Art. 27, parágrafos XI e XVII da Lei n. 13.146, de 16 de julho de 2015 – Lei da Inclusão.

Acerca dessa estratégia, observou-se que houveram momentos de formação entre estagiários e professores da rede, porém, estas formações ainda não compõem uma ação específica do município como política de formação docente. As ações fazem parte de um grupo de pesquisa e extensão da universidade que está articulada com as ações da rede. É importante salientar que tais informações estão baseadas no acompanhamento das atividades da Secretaria Municipal de Educação para a realização da Pesquisa.

Na Meta 14 *(Contribuir, gradualmente, para a elevação do número de matrículas na Pós-Graduação Stricto Sensu, de modo a atingir a titulação anual de*

60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores, conforme constante no Plano Nacional de Educação.) a estratégia 14.1 propõe:

14.1 Garantir, em regime de colaboração entre a União, o estado, o município e instituições de ensino superior a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação de 20 (vinte) mestres e 5 (cinco) doutores, entre todos os professores da rede municipal de ensino (ANGICOS, 2015, p. 24).

Segundo dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, até o ano de 2021, na rede pública municipal de educação de Angicos/RN, o município contou com o seguinte quantitativo de professores por nível de formação:

Quadro 1 - QUANTITATIVO DE PROFESSORES EFETIVOS NO MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN POR NÍVEL DE FORMAÇÃO (2021)

Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
4	19	45	8	1	77

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Diante dos dados apresentados, até o atual momento, não foi atingido, ainda, pelo município, o que está proposto no Plano Municipal de Educação da rede, porém, alguns professores relataram que há colegas realizando formação continuada nos cursos de Mestrado e Doutorado, entretanto, a quantidade não foi especificada. É importante salientar que os dados da tabela correspondem apenas ao quantitativo de professores efetivos. Saliento também que, no que se refere ao quantitativo de professores com Nível Médio, foi esclarecido que esses profissionais não se encontram atuando em sala de aula, sendo destinados para outras funções.

Na Meta 15 (*Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE, Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do Caput do Art. 61 da LDB, Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores da Educação Básica, possuam formação específica de Nível Superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam.*), destacam-se as estratégias 15.1, 15.4 e 15.7. A estratégia 15.1 propõe:

Garantir, no plano local e em regime de colaboração entre a União, o Estado do Rio Grande do Norte, o Município e Instituições de Ensino Superior, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, a política

municipal de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da LDB, no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores da educação básica, possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (ANGICOS, 2015, p.25).

De acordo com os dados coletados na pesquisa desenvolvida, atualmente todos os professores atuantes nas salas de aula da rede pública municipal de educação possuem graduação em cursos de Licenciatura.

Já a estratégia 15.4 propõe: “Consolidar e ampliar, em parceria com a UFERSA, o programa de iniciação à docência (PIBID) para 50% (cinquenta por cento) das escolas” (ANGICOS, 2015, p.25). A respeito dessa estratégia, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, em sua última edição, atendeu um total de 1 (uma) escola, não atingindo até então a quantidade de instituições desejadas. Entretanto, é válido considerar que o Programa passou por alterações no que diz respeito ao número de bolsas e vagas ofertadas, havendo uma diminuição nos números de escolas contempladas.

A estratégia 15.7 propõe:

15.7 Fomentar a qualificação dos profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo o atendimento educacional especializado, por parte do pessoal de apoio, tradutores ou intérpretes de libras e guias-intérpretes para surdos-cegos (ANGICOS, 2015, p.25).

Até o momento de conclusão deste trabalho, foi implementado o Atendimento Educacional Especializado, onde o profissional responsável desenvolve atividades em parceria com o professor atuante de acordo com a necessidade do aluno assistido. Além do profissional do AEE, há uma seleção de discentes de cursos de licenciatura para atuarem como assistentes de sala, acompanhando os alunos com deficiência. Para esses assistentes, é promovida uma formação na área de Educação Especial e Inclusiva, da qual participam junto com os professores titulares.

Na Meta 16 (*Estimular a Formação, em nível de Pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica, Formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino, conforme constante no PNE.*), a estratégia 16.6 propõe:

Assegurar aos profissionais da educação, no Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério, o direito ao licenciamento remunerado e/ou bolsa para cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), a partir do primeiro ano de vigência do PME, estabelecendo a obrigatoriedade do beneficiado permanecer nas escolas municipais, por igual período (ANGICOS, 2015, p.26).

No que concerne ao Plano de Cargo, Carreira e Remuneração, vale salientar que, durante a realização da pesquisa, 90% dos professores entrevistados relataram não ter conhecimento deste documento e do Plano aqui analisado. Voltando-se para o que está proposto nesta estratégia, quando concedida a licença para o profissional realizar cursos na Pós-Graduação, caso o período dos estudos coincidam com os horários de aulas a serem ministradas, o docente deve prestar serviço ao município de acordo com o período que o mesmo precisou se afastar das atividades. Quando questionado se há a concessão de licença para o professor participar de cursos de Pós-Graduação, a Secretaria Municipal de Educação informou que essa licença só é concedida a dois profissionais por vez.

Diante dessa condição, ressalto acerca da necessidade de oferta de um novo concurso público, tendo em vista o déficit de professores no município e se for levado em conta o tempo dedicado para a realização da pós graduação, o município não conseguirá alcançar os níveis desejados a respeito do que está presente nessa estratégia.

Ainda a respeito dessa estratégia, observou-se que, apesar de a última versão ter sido implementada há mais de uma década, muitos professores não possuem conhecimento deste documento, e segundo o que foi dialogado com representantes educacionais do município, não há uma previsão de uma nova atualização do Plano, sendo esta mais uma estratégia não alcançada desde a elaboração do PME.

Na meta 17 (*Valorizar os Profissionais do Magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o prazo final do 6º ano da vigência do PNE.*), destacam-se as estratégias 17.6 e 17.10.

Na estratégia 17.6, propõe-se “Priorizar a contratação de profissionais da educação municipal através de concurso público” (ANGICOS, 2015, p. 28). De acordo com dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, o último concurso público realizado no município deu-se no ano de 2012, onde a partir daí o ingresso de

professores se dá por meio de contrato temporário. Acerca dessa estratégia, foi observado que, durante o período de implementação do Plano até o presente momento, não houve realização de concurso público para a contratação de professores para compor o quadro de efetivos, sendo o último realizado há uma década, porém, essas contratações estão sendo realizadas por meio de processo de seletivo a partir da análise curricular.

Na estratégia 17.10, propõe-se “Promover políticas de valorização profissional específicas para os profissionais de educação contemplando a formação continuada e condições de trabalho adequadas” (ANGICOS, 2015, p. 28). Além deste Plano, há outro documento que trata das políticas de valorização profissional, sendo este “O Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Pública de Angicos/RN - PCCR”. No entanto, o PCCR encontra-se sem atualização desde o ano de 2009, ou seja, o documento teve sua elaboração antes da implementação do PME.

Na meta 18 (*Assegurar, no prazo de 02 (dois) anos, a existência de Planos de Carreiras para os Profissionais da Educação Básica e Superior Pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica Pública, tomar como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em Lei Federal, nos termos do Inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal*), a estratégia 18.2, propõe:

Assegurar aos profissionais da educação, no Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério, o direito ao licenciamento remunerado e/ou bolsa para cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), a partir do primeiro ano de vigência do PME, estabelecendo a obrigatoriedade do beneficiado, após a conclusão do curso, permanecer nas escolas municipais por igual período (ANGICOS, 2015, p. 29)

De acordo com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Angicos - SINDSPAN, a última atualização do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério foi realizada no ano de 2009, sem previsão de uma nova versão. Foi observado que não foi implementado um Plano, sendo utilizado como documento de referência para a discussão das políticas para os profissionais do Magistério, o PCCR de 2009, o qual não é de conhecimento de grande parte dos professores do município e que não há previsão de atualização do mesmo.

Diante dos dados analisados, considero que a rede pública municipal de

educação de Angicos até o atual momento, não conseguiu atingir os índices desejáveis conforme inserido em algumas metas e estratégias do seu PME, especificamente no que se refere à política de formação docente. É importante considerar que

Um plano de educação deve centrar-se na busca da unidade entre teoria e prática, enfocando a relação de interdependência e reciprocidade entre estes dois elementos, fornecendo prioridade ao desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica na prática e sobre a prática (SOUZA, 2010, p. 72).

Nota-se que o município analisado propôs-se a instituir um Programa de formação continuada para os docentes da educação infantil, no entanto, apesar das parcerias realizadas com grupos de pesquisa da universidade pública existente no município, observou-se que estas não são o suficiente para auxiliar na instituição do programa de formação continuada proposto no PME.

Nessa perspectiva, compreende-se que, as metas e estratégias sobre formação docente no PME de Angicos/RN projetam aumentos e melhorias na política de formação docente da rede, no entanto, ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas, especificamente no que se refere ao aumento de professores mestres e doutores, oferta de programas como o Pibid em uma quantidade significativa de escolas e oportunidades de afastamento remunerado aos docentes.

Observa-se, ainda, que algumas das estratégias traçadas não compreendem esforços apenas do município, elas precisam de articulação com o governo nacional, como por exemplo a estratégia 15.4, que propõe ampliar a oferta do Pibid para 50% das escolas, pois esse aumento depende do número de bolsas ofertadas aos estudantes de licenciaturas.

Por outro lado, algumas metas e estratégias estão sendo contempladas, como por exemplo, a meta 15 e a estratégia 15.1 que abordam a formação em nível superior para todos os professores da Educação Básica em cursos de licenciatura.

Diante do que foi exposto, se faz necessário que haja um acompanhamento contínuo da execução das propostas inseridas nas metas, considerando que esse “acompanhamento contínuo das ações planejadas é uma necessidade para a sua realização, visto que possibilita identificar dificuldades e redefinir ações tendo em vista a superação de entraves e o avanço da consecução das propostas nele registradas” (CABRAL NETO, CASTRO E GARCIA, 2016, p. 58).

Outro fator importante no que diz respeito ao PME é a participação da sociedade no processo de monitoramento dessas legislações. Conforme o que Cabral Neto, Castro e Garcia (2016, p.59) ressaltam: “A participação social é essencial na avaliação do cumprimento das metas do PME porque possibilita o desenvolvimento de análises quantitativas e qualitativas da situação educacional da rede de ensino em relação às metas propostas.” E é essa participação que vai ajudar na definição das metas que irão necessitar passar por reformulações ou até mesmo, serem colocadas em prática.

Por fim, é necessário também que haja uma fiscalização por meio dos órgãos designados para esta função, tendo em vista que as ações inseridas no Plano foram construídas buscando atender o que está sendo proposto pelo PNE e pensando no desenvolvimento do ensino no município como fator de contribuição para o desenvolvimento social.

4.3 O processo de investigação acerca da política de formação docente junto aos professores

Dando continuidade ao processo de investigação acerca da política de formação docente da rede pública municipal de educação de Angicos/RN, realizou-se um levantamento do quantitativo de professores atuantes na rede entre os anos de 2017 até 2022, nível de formação e forma de ingresso, seguido pelas entrevistas com professores e representantes da rede. O Quadro 2 traz a organização atual das escolas públicas municipais, evidenciando o quantitativo do quadro de professores efetivos.

Quadro 2- ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN (2022)

ESCOLA	ETAPA/MODALIDADE	Nº PROFESSORES EFETIVOS
ZONA URBANA		
Escola Municipal Professora Maria Odila	Ensino Fundamental I e II e EJA (6º ao 9º ano)	35
Escola Municipal Espedito Alves	Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5ºano)	12
ZONA RURAL		
Escola Municipal Francisco Alexandre Lopes - Rio Velho	Educação Infantil Multisseriado (1º ao 5ºano) EJA	4

Escola Municipal Maria Zélia - Riacho do Prato	Multisseriado	2
Escola Municipal Manoel Martins - Cabugi	Multisseriado	1

Fonte: Direção e Coordenação das instituições

A rede pública municipal de Educação de Angicos/RN conta atualmente com um total de 06 (seis) escolas, estando 03 (três) destas alocadas em Zona Urbana e 03 (três) em Zona Rural. Dessas escolas, apenas uma não oferta a etapa de Educação Infantil. No que se refere ao número de professores atuantes, o município conta atualmente com um total de 101 (cento e um) professores, sendo 70 (setenta) deles efetivos e 31 (trinta e um) contratados, considerando também estagiários contratados para o auxílio das atividades em sala.

De acordo com o levantamento realizado, dos professores atuantes em 2022, 35 (trinta e cinco) estão alocados na Escola Municipal Professora Maria Odila, que atende aos anos iniciais e finais da etapa de Ensino Fundamental e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA; 12 (doze) na Escola Municipal Espedito Alves, que atende as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I; 16 (dezesesseis) no Centro Municipal de Educação Infantil Professora Júlia Amélia Cruz, que atende a etapa de Educação Infantil; 04 (quatro) na Escola Municipal Francisco Alexandre Lopes, que atende a etapa de Educação Infantil, o Ensino Multisseriado (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I) e a modalidade de EJA; 02 (dois) na Escola Municipal Maria Zélia, que oferta a modalidade de Ensino Multisseriado e 01 (um) na Escola Municipal Manoel Martins, que também oferta a modalidade de Ensino Multisseriado.

Após a construção dos dados e das análises do PCCR e do PME, foi elaborado um questionário para ser aplicado com os professores da rede. A entrevista foi realizada com 16 (dezesesseis) de um total de 101 (cento e um) professores, os quais fazem parte de 04 (quatro) das 06 (seis) escolas¹ da rede pública municipal. O questionário foi construído com base na análise do PCCR, da entrevista com os representantes

¹ As entrevistas foram realizadas a partir da confirmação de participação dos professores e assinaturas de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os professores que não se disponibilizaram a participar da pesquisa justificaram falta de tempo e/ou demonstraram pouco interesse em participar da investigação.

municipais e do PME, com o intuito de ouvir os professores e quais as suas impressões acerca da política de Formação do município e sua realidade quanto docente. As questões se voltavam para o nível de formação, instituição que realizou a graduação, início de carreira, tempo de atuação na rede, etapa/modalidade de ensino que atua, nível de conhecimento sobre as legislações da Educação municipal e participação em cursos de formação continuada.

O Quadro 3, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação, traz o quantitativo de professores por escola da rede pública de Educação de Angicos/RN, correspondente aos anos de 2017 a 2021.

Quadro 3 – QUANTITATIVO DE PROFESSORES EFETIVOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN (2017 a 2021)

ESCOLA	2017	2018	2019	2020	2021
Escola Municipal Professora Maria Odila	35	37	38	36	16
Escola Municipal Espedito Alves	16	15	16	15	9
Centro Municipal de Educação Infantil Professora Júlia Amélia Cruz	26	25	24	20	12
Escola Municipal Francisco Alexandre Lopes - Rio Velho	07	08	08	09	07
Escola Municipal Maria Zélia - Riacho do Prato	02	02	02	01	02
Escola Municipal Manoel Martins - Cabugi	04	03	03	03	01

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Fazendo um comparativo entre o ano de 2017 e o ano de 2021, observou-se uma diminuição no número de professores. Na Escola Municipal Professora Maria Odila, houve uma diminuição de 19 (dezenove) professores, considerando que em 2017 a escola contava com um total de 35 (trinta e cinco) professores, passando a ter, em 2021, um total de 16 (dezesesseis) professores. Na Escola Municipal Espedito Alves, houve uma diminuição de 07 (sete) professores, considerando que em 2017 a escola contava com um total de 16 (dezesesseis) professores, passando a ter, em 2021, um total de 09 (nove) professores. No Centro Municipal de Educação Infantil Professora Júlia Amélia Cruz, houve uma diminuição de 14 (quatorze) professores, considerando que em 2017 a escola

contava com um total de 26 (vinte e seis) professores, passando a ter, em 2021, um total de 12 (doze) professores. Na Escola Municipal Manoel Martins, houve uma diminuição de 03 (três) professores, considerando que em 2017 a escola contava com um total de 04 (quatro) professores, passando a ter, em 2021, um total de 01 (um) professor.

Essa diminuição se dá pelo número de professores que entraram em aposentadoria por tempo de trabalho ou vieram a falecer. Apenas duas escolas mantiveram o mesmo total de professores, considerando os números de 2017 e 2021, onde contou-se com o total de 07 (sete) professores na Escola Municipal Francisco Alexandre e Lopes e 02 (dois) professores na Escola Municipal Maria Zélia. No entanto, vale salientar que ao disponibilizar os dados, a Secretaria Municipal de Educação esclareceu que se trata apenas do número de professores pertencentes ao quadro de efetivos.

O Quadro 4 traz o quantitativo dos professores entrevistados por escola, suas formas de ingresso na rede e nível de formação:

Quadro 4 - QUANTITATIVO DE PROFESSORES ENTREVISTADOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN

Escolas	Entrevistados	Contrato Temporário	Efetivos	Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores
E.M.M.O.	9	6	3	4	4	1	*
CEMEI	* ²	*	*	*	*	*	*
E.M.E.A.	*	*	*	*	*	*	*
E.M.M.Z.	2	2	*	*	2	*	*
E.M.F.A.L.	4	4	*	3	*	1 (Em andamento)	*
E.M.M.M.	1	*	1	1	*	*	*

Fonte: Acervo próprio (com base no que foi colhido nos lócus da Pesquisa)

Dos professores entrevistados, 09 (nove) estão alocados na Escola Municipal Professora Maria Odila, onde 06 (seis) relataram ter ingressado por meio de contrato temporário e 03 (três) relataram ter ingressado por meio de concurso público. Destes

² Não houve participação.

professores, 04 (quatro) são graduados, 04 (quatro) são especialistas e 01 (um) é mestre.

Na Escola Municipal Maria Zélia, estão alocados 02 (dois) professores, onde estes relataram ingresso na rede por meio de contrato temporário. Quanto ao nível de formação, esses professores relataram que possui Especialização.

Na Escola Municipal Francisco Alexandre Lopes, estão alocados 04 (quatro) professores, os quais relataram ter ingressado na rede por meio de contrato temporário, sendo 03 (três) graduados e 01 (um) com Mestrado em andamento.

Na Escola Municipal Manoel Martins, está alocado apenas 01 (um) professor, onde o mesmo relatou ter ingressado na rede por meio de concurso público, possuindo Graduação.

Não foram disponibilizados dados acerca do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Júlia Amélia Cruz e da Escola Municipal Espedito Alves.

Com relação ao tempo de início do exercício da profissão, o quadro 5 detalha:

Quadro 5 - TEMPO QUE OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN INICIARAM A CARREIRA DOCENTE (COM OU SEM FORMAÇÃO)

Escolas	Até 10 anos	10 a 20 anos	Acima de 20 anos
E.M.M.O.	6	1	2
C.E.M.E.I.	*	*	*
E.M.E.A.	*	*	*
E.M.M.Z.	2	*	*
E.M.F.A.L.	2	2	*
E.M.M.M.	*	*	1

Fonte: Acervo próprio (com base nas informações colhida no lócus da Pesquisa)

Dos professores que relataram ter iniciado a carreira em até 10 anos, 06 (seis) estão alocados na Escola Municipal Professora Maria Odila, 02 (dois) estão alocados na Escola Municipal Maria Zélia e 02 (dois) alocados na Escola Municipal Francisco Alexandre Lopes.

Dos professores que relataram ter iniciado a carreira no período de 10 a 20 anos, 01(um) está alocado na Escola Municipal Professora Maria Odila e 02 (dois) alocados na Escola Municipal Francisco Alexandre Lopes.

Dos professores que relataram ter iniciado a carreira em um período acima de 20

anos, 02 (dois) estão alocados na Escola Municipal Professora Maria Odila e 01 (um) alocado na Escola Municipal Manoel Martins.

Nota-se que o maior tempo de atuação dos professores entrevistados se volta para os professores que deram início a carreira nos últimos dez anos, chegando a um total de 10 (dez) professores.

No que se refere a forma de contratação, foi observado que o maior número corresponde ao ingresso por meio de contrato, sendo 12 (doze) contratados e 4 (quatro) efetivos. É importante salientar que muitos desses professores iniciaram carreira e tiveram seu ingresso na rede pública municipal de Educação de Angicos/RN há menos de dez anos, ou seja, após a realização do último concurso público, conforme está sendo mostrado no quadro abaixo:

Quadro 6- TEMPO DE ATUAÇÃO DOS PROFESSORES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN (APÓS MAGISTÉRIO)

Escolas	Até 10 anos	10 a 20 anos	Acima de 20 anos
E.M.M.O.	7	1	1
C.E.M.E.I.	*	*	*
E.M.E.A.	*	*	*
E.M.M.Z.	2	*	*
E.M.F.A.L.	2	2	*
E.M.M.M.	*	*	1

Fonte: Acervo próprio (com base nas informações colhidas no lócus da Pesquisa)

Dos professores que relataram ter ingressado na rede pública municipal de Educação de Angicos/RN em até 10 anos, 07 (sete) estão alocados na Escola Municipal Professora Maria Odila, 02 (dois) estão alocados na Escola Municipal Francisco Alexandre Lopes e 02 (dois) estão alocados na Escola Municipal Maria Zélia.

Dos professores que relataram ter ingressado na rede pública municipal de Educação de Angicos/RN no período entre 10 e 20 anos, 01 (um) está alocado na Escola Municipal Professora Maria Odila e 02 (dois) estão alocados na Escola Municipal Maria Zélia.

Dos professores que relataram ter ingressado na rede pública municipal de Educação de Angicos/RN em um período acima de 20 anos, 01 (um) está alocado na

Escola Municipal Professora Maria Odila e 01 (um) está alocado na Escola Municipal Manoel Martins.

Nota-se que o maior índice de tempo de atuação dos professores entrevistados se volta para os professores que tiveram seu ingresso na rede pública municipal de Educação de Angicos/RN nos últimos dez anos, chegando a um total de 11 (onze) professores.

Com relação a instituição que cursaram a Graduação, 11 destes professores se graduaram em instituições públicas - sendo 9 (nove) graduados pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), 2 (dois) graduados pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e 1 (um) graduado pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), e 5 (cinco) em instituições privadas - sendo 1 (um) graduado pela Faculdade Integrada do Brasil (FAIBRA), 2 (dois) graduados pela Faculdade do Maciço do Baturité (FMB), 1 (um) graduado pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e 1 (um) graduado pelo Instituto de Ensino Superior Múltiplo (IESM).

Dando continuidade ao processo de investigação com os professores atuantes na rede pública municipal de Educação de Angicos/RN, quando questionados acerca da participação em cursos de formação continuada, 11 (onze) professores relataram ter participado de algum curso, enquanto que 05 (cinco) relataram não ter participado.

No que se refere à forma de como os professores gostariam que esses cursos de formação continuada fossem ofertados, os professores declararam que essas formações deveriam ser ofertadas com mais frequência, podendo ser realizadas semestralmente e voltando-se para a capacitação da utilização de metodologias ativas.

Dos professores que relataram não ter participado de cursos de formação continuada, alguns declararam não haver oferta de cursos desde seu ingresso na rede, enquanto que outros declararam não poder participar dos cursos, pois os horários coincidiam com os horários em que ministravam aulas, impossibilitando sua participação.

Quando questionados acerca do nível de conhecimento referente ao PCCR do município, 05 (cinco) professores afirmaram possuir conhecimento do Plano, 04 afirmaram saber pouca coisa acerca do Plano e 07 (sete) afirmaram não possuir nenhum conhecimento acerca do Plano. No que diz respeito ao nível de conhecimento dos professores acerca do PME, 04 (quatro) declararam possuir conhecimento do Plano, enquanto 12 (doze) declararam não possuir algum conhecimento acerca do Plano, o que despertou um questionamento acerca de como está sendo ofertado o acesso dos professores à esses documentos.

Quando questionados acerca do que se espera/deseja que venha a ser realizado

para a melhoria da trajetória como profissional docente, destacamos o que alguns professores responderam:

Professor 1- Espero que a oferta de formação continuada seja realizada de forma contínua, pois com a velocidade de atualização das informações o professor precisa acompanhar o fluxo de mudanças, sendo assim é essencial investir no uso de novos atrativos capazes de envolver os estudantes.

Professor 2- Desejo que os professores da educação do campo tenham o direito de participarem de todas as capacitações e formações continuadas oferecidas pelo Município.

No que se refere à oferta de formação continuada, os professores estão cobrando uma formação pautada nas especificidades das etapas e modalidades, como a Educação do Campo, dentro de uma perspectiva de moldar-se aos avanços tecnológicos e das modificações realizadas nas diretrizes educacionais.

Alguns professores que se enquadram no número de contratados externalizaram o desejo da realização de um novo concurso público, com o intuito de construírem uma carreira profissional dentro da garantia dos seus direitos, e assim se sentirem mais seguros, financeiramente e profissionalmente para poder seguir com o aperfeiçoamento de sua formação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta de formação continuada para os professores da rede pública municipal de Educação de Angicos/RN vem sendo discutida de maneira consideravelmente lenta e gradual, uma vez que as formações no município de Angicos não é realizada por técnicos da própria rede, o que demanda a necessidade de políticas de formação docente no município, onde se faz necessário o reforço de parcerias com universidades e para que tais momentos sejam construídos entre os docentes e contribuam com a educação do município de maneira profícua.

No tocante aos documentos que regem o sistema educacional do município de Angicos/RN - PCCR e PME, foram identificadas algumas contradições nas falas dos representantes da Secretaria Municipal de Educação e dos professores entrevistados quando questionados acerca do nível de ciência e apropriação dos professores a respeito deste documento. Segundo a SME, todos os professores da rede possuíam conhecimento do Plano, tendo em vista o tempo de implementação do mesmo. Por outro lado, a maior parte dos professores entrevistados afirmaram não possuir conhecimento acerca do Plano, demonstrando contradição ao que foi informado na SME.

É importante compreender que esses documentos se baseiam em documentos nacionais, que é o caso do PME, onde a execução de algumas metas não compete apenas ao município, sendo estas de responsabilidade federal.

Os estudos realizados nos permitiram identificar, ainda, que os professores da rede pública municipal de Educação de Angicos/RN não receberam nenhuma formação específica a respeito do Plano Municipal de Educação e do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Pública de Angicos/RN desde sua implementação. Entretanto, destaca-se, aqui, que os mesmos solicitaram um momento de formação acerca do PCCR e do PME da rede municipal de Angicos, como parte da conclusão desta pesquisa, configurando-se um retorno dos estudos realizados.

Foi observado que, de um total de 101(cento e um) professores atuantes, apenas 16 (dezesseis) aceitaram ser entrevistados, o que gera novos questionamentos acerca da recusa destes profissionais em receber pesquisa, especificamente quando se trata de pesquisa em políticas educacionais.

Para que a política de formação da rede pública municipal de educação de Angicos/RN seja executada com maior qualidade e abrangência, as formações devem estar pautadas num viés de contribuição para a qualidade educacional e identidade

docente, estando garantidas e ofertadas pela instância pública, rompendo com a visão tecnicista, voltando-se para uma relação de teoria e prática e ocorrendo de maneira periódica e inclusiva. As formações, ainda, precisam estar materializadas no Plano de Cargos, avançando para além de cursos e programas por meio da criação de grupos de pesquisas coletivos nas escolas, instigando a reflexão e mudança da prática docente, buscando reafirmar o papel do professor na produção de conhecimento.

Para que essas formações venham a ser ofertadas é necessário também que se faça um levantamento a respeito das necessidades existentes no sistema de ensino do município, considerando sempre o contexto socioeconômico e sociocultural a qual pertence, investigando a respeito do funcionamento das escolas no tocante à sua estrutura arquitetônica e curricular, ouvindo toda a comunidade escolar e certificando-se que os professores estão exercendo suas funções dentro das condições de trabalho necessárias, sem a retirada de garantias e direitos.

A realização desta pesquisa, enquanto docente em formação, permitiu a compreensão de que o docente é um eterno estudante, uma vez que o processo de formação deve ser contínuo e precisa ocorrer em paralelo à prática docente, garantindo-se condições para que este profissional as desenvolva, de maneira que os mesmos tenham segurança e estabilidade. Além disso, o estudo e dados construídos, até o momento de conclusão deste trabalho, suscitaram-me o interesse em dar continuidade e ampliar a abrangência do locus desta pesquisa em outras oportunidades acadêmicas.

REFERÊNCIAS

ANGICOS, Prefeitura Municipal de. **Dados sobre o contexto histórico de Angicos/RN**. Angicos/RN, 2022. Disponível em: <https://www.angicos.rn.gov.br/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

ANGICOS. Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Júlia Amélia Cruz. Angicos/RN, 2020.

ANGICOS, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. Lei Municipal no 1.024/2015. Aprova o **Plano Municipal de Educação**, 2015. Disponível em: <https://www.angicos.rn.gov.br/>. Acesso em: 31 mar. 2022

ANGICOS, Prefeitura Municipal de. Lei Municipal no 507/98. Aprova o **Plano de Cargo e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Angicos/RN**, 1998. Disponível em: <https://www.angicos.rn.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ANGICOS, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. Lei Municipal no 759/2009. Aprova o **Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública**, 2009. Disponível em: <https://www.angicos.rn.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, Fádyla Késsia Rocha de. **Desafios da valorização dos professores da educação básica da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte: carreira e remuneração (2009–2015)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Educação. Natal, RN, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Parecer da Resolução CNE/CP n. 2, de 1 de julho de 2015. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação** – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26

jun 2014.

Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/> Acesso em 15 mai. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP no 1, DE 27 de outubro de 2020. Brasília, 2020. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724> Acesso em: 15 mai. 2022.

BRASIL. Portaria MEC n. 412, de 17 de junho de 2021. Brasília, 2021. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3559/portaria-mec-n-412>. Acesso em: 05 jul. 2021.

CABRAL NETO, Antônio. CASTRO, Alda Maria Duarte Araujo. GARCIA, Luciane Terra Dos Santos. **Plano Municipal de Educação:** elaboração, acompanhamento e avaliação no contexto do PAR. Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação, 32(1), 47–67. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol32n012016.62648> Acesso em: 25 out. 2022.

CABRAL NETO, Antônio; MACÊDO, Valcinete Pepino. **Os desafios da formação continuada de professores:** uma reflexão sobre o programa Gestar. In: CABRAL NETO, Antônio et al. (Org.). Política pública da educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões. Porto Alegre: Sulina, 2006.

DUTRA JR., Adhemar F. et al. **Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público:** LDB, FUNDEF, Diretrizes Nacionais e Nova Concepção de Carreira. Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 2000.

FEIJÃO PEREIRA, Marilene da Silva. **O Processo de Implementação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos Servidores do Magistério no Município de Ananindeua-PA (LEI N. 2355/2009).** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Ciências da Educação. Belém, PA, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 69-90. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; v. 11).

GAMBOA, Silvio Ancízar Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 91-115. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; v. 11).

GATTI, Bernardete Angelina. **Professores do Brasil:** impasses e desafios. Coordenado por Bernardete Angelina Gatti e Elba Siqueira de Sá Barreto. Brasília:

UNESCO, 2009. 294 p.

GATTI, Bernardete Angelina. **Políticas docentes no Brasil: um estudo da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

MENEZES, Luis Carlos. **Professores: formação e profissão**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Nupes, 1996. (Coleção Formação de Professores).

NÓVOA, Antônio Sampaio. **Profissão Professor**. Porto: Porto, 1999.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 192 p.

OLIVEIRA, Dalila; VIEIRA, Lígia Fraga. **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

ORSO, José Paulino. **Os Desafios da Formação do Educador na Perspectiva do Marxismo**. In: LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). Crise capitalista e educação brasileira. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2016.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; PINTO, Umberto Andrade; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **A Pedagogia como locus de formação profissional de educadores(as): desafios epistemológicos e curriculares**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.15, e2015528, p.1-20, 2020.

Disponível em: <https://www.revistas2.uep.br/index.php/praxiseducativa> Acesso em: 14 jun. 2022.

PINHEIRO, M.P.M.P. **Expansão da formação docente inicial: os cursos de licenciatura presenciais no Brasil (2003-2014)**. 2018. Dissertação (Mestrado em

Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Autores Associados, 2011. (Coleção Memória da Educação).

SILVA, K. A. C. P. da. **Políticas de Formação de Professores: construindo resistências**. Retratos da Escola, Brasília, v. 12, n. 23, p. 307320, jul/out, 2018.

SOUZA, Ana Cristina G. de Abreu. et. al. **Movimento nacional em defesa do curso de pedagogia: razões pela não adesão ao Edital SEB/MEC n. 35, de 21 de junho de 2021**.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6MsrtWpxTmM&ab_channel=ComunidadeFEUF. Acesso em: 05 set. 2021.

SOUZA, Evelise Pasqualin. **O Desafio da Construção Democrática e Participativa de um Plano Municipal de Educação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Programa de Pós- Graduação em Educação nas Ciências, Ijuí, 2010.

Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br/> Acesso em: 25 out. 2022.

XAVIER, Maria Elizabeth; RIBEIRO, Maria Luiza; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994

APÊNDICE A

1- Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO
SEMIÁRIDO
CAMPUS ANGICOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ declaro, para os devidos fins a que se fizerem necessários, que estou disposto(a) a participar, voluntariamente, da pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Estudos em Teoria Política, Sociedade e Educação (Geteps), sob orientação da Professora Doutora Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves, a qual tem os seguintes objetivos: a) Analisar a política de valorização dos docentes da educação básica pública municipal de Angicos/RN; b) Analisar os desdobramentos do Plano Nacional de Educação na rede pública municipal de educação de Angicos/RN, considerando as metas sobre valorização docente; c) Compreender as políticas de valorização docente desenvolvidas na rede pública municipal de educação de Angicos/RN; d) Identificar e analisar a estrutura da carreira e a remuneração dos docentes da educação básica pública municipal de Angicos/RN; e) Desvelar e compreender os encaminhamentos feitos pela rede pública municipal de Angicos/RN para contribuir com o cumprimento das metas do PNE que tratam das políticas de valorização docente; f) Analisar o Plano Municipal de Educação (PME) de Angicos/RN e as metas que contemplam as políticas de valorização docente.

Declaro, ainda, ter sido esclarecido (a) sobre os seguintes pontos:

- A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder ao questionário elaborado pelo Grupo de Pesquisa e ceder os documentos solicitados.
- Não terei nenhuma despesa financeira ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo por isso.
- Meu nome será mantido em sigilo, assegurando, assim, a minha privacidade, e, se eu desejar, terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo.

- Não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação nesta pesquisa.
 - Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.
- Logo, minha participação nesta pesquisa se deu de maneira autônoma, consciente, livre e esclarecida.

Angicos/RN, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela pesquisa

2 - Modelo de questionário encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação de
Angicos/RN

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO
SEMI-ÁRIDO CENTRO
MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM TEORIA POLÍTICA, SOCIEDADE E
EDUCAÇÃO - GETEPS
PROJETO DE PESQUISA: POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE
NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE ANGICOS/RN
PLANO DE TRABALHO: A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE
PROFESSORES COMO PONTOS DE PARTIDA DAS POLÍTICAS DE
VALORIZAÇÃO DOCENTE NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO
MUNICIPAL DE ANGICOS/RN.

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
ANGICOS/RN**

- 1- Qual a forma de contratação dos professores? Se temporário, qual o tempo de contrato? Se efetivo, qual a forma de ingresso?
- 2- Em que ano realizou-se o último concurso público e qual o nível de formação exigido?
- 3- De acordo com a tabela de dados disponibilizada anteriormente, qual o quantitativo por nível de formação (graduados, especialistas, pós-graduados e nível médio)? Qual o quantitativo de professores atuantes em cada escola?
- 4- Há a oferta do direito de licença para formação continuada?
- 5- O que a Secretaria Municipal de Educação está realizando para que o professor de nível médio amplie sua formação?
- 6- Quais as condições que são dadas para o permanente aperfeiçoamento do professor exigido na avaliação do desempenho descrito no artigo 17 do PCCR?

3 - Modelo de questionário aplicado com o representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Angicos/RN - SINDSPAN

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO
SEMI-ÁRIDO CENTRO
MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM TEORIA POLÍTICA, SOCIEDADE E
EDUCAÇÃO - GETEPS
PROJETO DE PESQUISA: POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE NA
REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE ANGICOS/RN
PLANO DE TRABALHO: A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE
PROFESSORES COMO PONTOS DE PARTIDA DAS POLÍTICAS DE
VALORIZAÇÃO DOCENTE NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO
MUNICIPAL DE ANGICOS/RN.

**QUESTIONÁRIO - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE
ANGICOS/RN - SINDSPAN**

1. O PCCR de 2009 foi o primeiro plano destinado aos professores ou a lei n. 507/98 contemplava os professores?
2. Este PCCR revoga a Lei n. 671/2008. Quais as mudanças? Vantagens ou Perdas?
3. São 13 anos de vigência de um plano. Existem discussões para a reformulação do PCCR?
4. Qual o nível de ciência dos professores a respeito do PCCR?
5. Como é realizada a avaliação do desempenho dos docentes? E quais instrumentos de avaliação são utilizados? Qual a periodicidade? Quem são os responsáveis por esta avaliação no município?
6. Qual o valor do piso hoje? O município de Angicos vem cumprindo o valor do PSPN?
7. Angicos tem docentes com nível médio? Quantos?
8. Qual o número total de cargos do quadro funcional do magistério?
9. Existe a Comissão de Gestão de Plano de Carreira?
10. Existe o Regulamento das promoções por desempenho? Quais os critérios de pontuação?
11. Como são publicados/praticados os decretos a que se referem o §3º do artigo 16.
12. Quais as condições que são dadas para o permanente aperfeiçoamento do professor exigido na avaliação de desempenho no artigo 17.
13. Quando muda de nível, permanece na classe do nível anterior?
14. O PCCR contempla professores e profissionais da educação ou profissionais do magistério?
15. Em relação a jornada de trabalho, os 20% de horas atividade estão sendo

garantidos?

16. Como são aplicados os coeficientes para pagamento dos vencimentos dos professores?
17. O plano cita um Programa de qualificação profissional do magistério municipal elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação. Podemos ter acesso a esse documento?
18. 135 professores para quantas escolas?
19. Quantos alunos por turma? Há alguma legislação no município que delimite esse número?

4- Modelo de questionário aplicado com os professores da rede pública municipal de Angicos

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO
SEMI-ÁRIDO CENTRO
MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM TEORIA POLÍTICA, SOCIEDADE E
EDUCAÇÃO - GETEPS
PROJETO DE PESQUISA: POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE NA
REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE ANGICOS/RN
PLANO DE TRABALHO: A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE
PROFESSORES COMO PONTOS DE PARTIDA DAS POLÍTICAS DE
VALORIZAÇÃO DOCENTE NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO
MUNICIPAL DE ANGICOS/RN.

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA - PROFESSORES DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGICOS/RN**

1. Qual o seu nível de formação e em qual instituição se graduou, caso seja graduado(a)?
2. Em que ano iniciou sua atuação como docente (geral)?
3. Qual o seu tempo de atuação na rede pública de educação municipal de Angicos e qual foi sua forma de ingresso?
4. Em qual etapa e modalidade de ensino você está atuando atualmente?
5. Já participou ou está participando de algum curso de formação continuada ofertado pelo município? Se sim, qual e como foi a experiência? Se não, como você acha que essa formação deve ser ofertada?
6. Qual o seu conhecimento acerca do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR)?
7. Como você avalia as políticas voltadas para a formação de professores do município?
8. Como você compreende o papel da formação continuada para os docentes?
9. A partir da sua experiência de atuação na rede pública de educação municipal de Angicos/RN, o que você espera/deseja que venha a ser realizado para a melhoria da sua trajetória como profissional docente?
10. O Plano Municipal de Educação de Angicos/RN prevê, na meta 14 (estratégia 14.1), que o número de professores com mestrado e doutorado na

rede deverá ser de 20 e 5, respectivamente. Você tem conhecimento dessa meta?
Como você analisa o processo de implementação dessa meta na rede municipal onde atua?